

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	98
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	100
---	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.184.178
Preferenciais	7.232.205
Total	14.416.383
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	710.237	698.788
1.01	Ativo Circulante	42.126	32.159
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	28.843	10.083
1.01.03	Contas a Receber	8.433	10.008
1.01.03.01	Clientes	8.433	10.008
1.01.04	Estoques	429	468
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.594	2.428
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.594	2.428
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.827	9.172
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.094	0
1.01.08.03	Outros	733	9.172
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	673	0
1.01.08.03.02	Demais Créditos	60	9.172
1.02	Ativo Não Circulante	668.111	666.629
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	16.608	9.137
1.02.01.06	Tributos Diferidos	6.949	8.028
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.949	8.028
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3.952	285
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	3.952	285
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.707	824
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	151	824
1.02.01.09.04	Empréstimos e Financiamentos	5.556	0
1.02.02	Investimentos	638.152	641.939
1.02.02.01	Participações Societárias	638.152	641.939
1.02.03	Imobilizado	13.301	15.491
1.02.04	Intangível	50	62
1.02.04.01	Intangíveis	50	62

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	710.237	698.788
2.01	Passivo Circulante	23.352	22.731
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	140	153
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	140	153
2.01.02	Fornecedores	3.420	2.213
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.420	2.213
2.01.03	Obrigações Fiscais	140	1.250
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	88	1.219
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	116
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	88	1.103
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	52	31
2.01.05	Outras Obrigações	19.652	19.115
2.01.05.02	Outros	19.652	19.115
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	18.692	18.692
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	960	423
2.02	Passivo Não Circulante	108.077	105.625
2.02.03	Tributos Diferidos	97.269	97.269
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.269	97.269
2.02.04	Provisões	10.808	8.356
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.808	8.356
2.03	Patrimônio Líquido	578.808	570.432
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	566.025
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-183.765	-202.408
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	196.548	206.815

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.689	28.914	4.068	20.526
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.282	-23.714	-5.090	-18.013
3.03	Resultado Bruto	407	5.200	-1.022	2.513
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.058	10.717	-115.542	-186.729
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.208	-7.214	-6.303	-10.984
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.938	-7.257	-2.344	-7.329
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	65	0	50
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-42	-2.635	-28	-36
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.870	27.758	-106.867	-168.430
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-10.651	15.917	-116.564	-184.216
3.06	Resultado Financeiro	869	4.479	1.055	1.956
3.06.01	Receitas Financeiras	891	4.602	1.086	2.019
3.06.02	Despesas Financeiras	-22	-123	-31	-63
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-9.782	20.396	-115.509	-182.260
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	90	-372	0	331
3.08.01	Corrente	90	-372	0	331
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-9.692	20.024	-115.509	-181.929
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-9.692	20.024	-115.509	-181.929
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,67230	1,38900	-12,57580	-16,86380
3.99.01.02	PNA	0,67230	1,38900	-12,57580	-16,86380
3.99.01.03	PNB	0,67230	1,38900	-12,57580	-16,86380
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,67230	1,38900	-12,57580	-16,86380
3.99.02.02	PNA	0,67230	1,38900	-12,57580	-16,86380
3.99.02.03	PNB	0,67230	1,38900	-12,57580	-16,86380

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-9.692	-154.860	-115.509	-154.860
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-6.670	-10.265	40.264	27.926
4.02.01	Equivalênica Patrimonial sobre Obrigação Atuarial sobre Benefícios Definido	-6.670	-10.265	40.264	27.926
4.03	Resultado Abrangente do Período	-16.362	-165.125	-75.245	-126.934

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	43.157	15.828
6.01.01	Recebimento de Consumidores/Clientes	26.704	36.647
6.01.02	Fornecedores - Materiais e Serviços	-21.629	-23.575
6.01.04	Salários e Encargos Sociais	-9.175	-8.097
6.01.05	Rendimento de Aplicações Financeiras	632	749
6.01.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	45.257	11.166
6.01.08	Impostos e Contribuições	0	-151
6.01.11	Outros Pagamentos/Recebimentos	1.368	-911
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-25.903	-21.002
6.02.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-25.894	-2
6.02.03	Aquisição de Imobilizado	-9	0
6.02.04	Concessão de Empréstimos - Mútuo	0	-21.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.506	0
6.03.01	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-3.826	0
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	5.332	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	18.760	-5.174
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.083	7.177
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	28.843	2.003

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-186.204	206.815	586.636
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-16.204	0	-16.204
5.02.05	Equivalência Patrimonial Sobre Ajustes de Exercícios Anteriores de Controlada	0	0	0	-16.204	0	-16.204
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-202.408	206.815	570.432
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.643	-10.267	8.376
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.024	0	20.024
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.381	-10.267	-11.648
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	-1.381	-10.267	-11.648
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-183.765	196.548	578.808

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-197.266	20.325	177.084
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-53.761	0	-53.761
5.02.03	Equivalência Patrimonial sobre Reconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios - CVA	0	0	0	-80.830	0	-80.830
5.02.04	Equivalência Patrimonial sobre Ajuste de Reclassificação Energia de Curto Prazo	0	0	0	27.069	0	27.069
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-251.027	20.325	123.323
5.04	Transações de Capital com os Sócios	223.969	-11.969	0	0	33	212.033
5.04.01	Aumentos de Capital	223.969	-223.969	0	0	0	0
5.04.08	Ganho/Perda na Diluição de Percentual de Participação Societária	0	0	0	0	33	33
5.04.09	Transferência de AFAC de Passivo não Circulante para Patrimônio Líquido	0	212.000	0	0	0	212.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-154.703	27.926	-126.777
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-154.860	0	-154.860
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	157	27.926	28.083
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	157	27.926	28.083
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-405.730	48.284	208.579

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	25.436	12.249
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	32.585	23.233
7.01.02	Outras Receitas	65	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-7.214	-10.984
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-26.628	-17.997
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-24.014	-18.046
7.02.04	Outros	-2.614	49
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.192	-5.748
7.04	Retenções	-124	-167
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-124	-167
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.316	-5.915
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	32.359	-166.411
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	27.757	-168.430
7.06.02	Receitas Financeiras	4.162	2.019
7.06.03	Outros	440	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	31.043	-172.326
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	31.043	-172.326
7.08.01	Pessoal	8.357	7.903
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.311	7.852
7.08.01.02	Benefícios	27	17
7.08.01.03	F.G.T.S.	19	34
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.540	1.519
7.08.02.01	Federais	1.879	1.040
7.08.02.02	Estaduais	661	479
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	122	181
7.08.03.01	Juros	122	63
7.08.03.02	Aluguéis	0	118
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	20.024	-181.929
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	20.024	-181.929

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	3.189.909	3.375.971
1.01	Ativo Circulante	1.513.592	1.587.464
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	76.510	78.043
1.01.03	Contas a Receber	543.543	548.842
1.01.03.01	Clientes	543.543	548.842
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	543.543	548.842
1.01.04	Estoques	6.349	7.178
1.01.06	Tributos a Recuperar	81.400	23.015
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	81.400	23.015
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	805.790	930.386
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	278.063	275.969
1.01.08.03	Outros	527.727	654.417
1.01.08.03.01	Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	427.065	586.161
1.01.08.03.03	Demais Créditos	98.890	68.256
1.01.08.03.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.772	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.676.317	1.788.507
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	103.998	229.469
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	7.753	6.434
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	7.753	6.434
1.02.01.03	Contas a Receber	19.655	19.636
1.02.01.03.01	Clientes	19.655	19.636
1.02.01.06	Tributos Diferidos	16.439	22.011
1.02.01.06.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	16.439	22.011
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	60.151	181.388
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.523	3.095
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro de Concessões	35.886	27.651
1.02.01.09.06	Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	0	127.710
1.02.01.09.09	Demais Créditos	22.742	22.932
1.02.02	Investimentos	354.284	353.750
1.02.02.01	Participações Societárias	354.139	353.605
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	290.145	293.415
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	63.994	60.190
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	145	145
1.02.03	Imobilizado	127.604	109.153
1.02.04	Intangível	1.090.431	1.096.135

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	3.189.909	3.375.971
2.01	Passivo Circulante	1.364.731	1.436.621
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	41.316	38.730
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	41.316	38.730
2.01.02	Fornecedores	233.512	322.035
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	233.512	322.035
2.01.03	Obrigações Fiscais	284.237	264.796
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	61.743	39.377
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	46.128	13.336
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	15.615	26.041
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	222.084	223.830
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	410	1.589
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	84.879	71.893
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	42.736	55.325
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	42.736	55.325
2.01.04.02	Debêntures	42.143	16.568
2.01.05	Outras Obrigações	715.966	729.999
2.01.05.02	Outros	715.966	729.999
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	27.780	30.871
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios	180.040	118.605
2.01.05.02.06	Benefícios Pós Emprego	64.363	69.465
2.01.05.02.09	Contribuição de Iluminação Pública	116.642	135.107
2.01.05.02.10	Valores a Pagar de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	293.391	342.530
2.01.05.02.15	Outras Obrigações	33.750	33.421
2.01.06	Provisões	4.821	9.168
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.821	9.168
2.02	Passivo Não Circulante	1.020.596	1.134.733
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	335.120	336.190
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	190.286	223.619
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	190.286	223.619
2.02.01.02	Debêntures	144.834	112.571
2.02.02	Outras Obrigações	458.787	469.318
2.02.02.02	Outros	458.787	469.318
2.02.02.02.03	Benefícios Pós Emprego	15.414	21.626
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	209.299	182.269
2.02.02.02.05	Contribuição de Iluminação Pública	89.180	110.088
2.02.02.02.07	Fornecedores	0	25.960
2.02.02.02.09	Obrigações Vinculadas a Concessão	127.935	117.546
2.02.02.02.10	Outras Obrigações	16.959	11.829
2.02.03	Tributos Diferidos	159.240	259.826
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	159.240	259.826
2.02.04	Provisões	67.449	69.399
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	67.449	69.399
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	804.582	804.617
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	566.025
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-183.765	-202.408

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	196.548	206.815
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	225.774	234.185

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	451.458	1.530.743	621.150	1.786.724
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-426.800	-1.372.813	-552.249	-1.543.036
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-338.481	-1.138.386	-464.754	-1.292.736
3.02.02	Custo de Operação	-80.795	-213.731	-83.278	-235.192
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-7.524	-20.696	-4.217	-15.108
3.03	Resultado Bruto	24.658	157.930	68.901	243.688
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-46.993	-142.949	-83.628	-227.678
3.04.01	Despesas com Vendas	-38.120	-85.301	-43.783	-107.268
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-45.945	-138.997	-36.910	-113.730
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	48.777	127.958	26.073	54.534
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16.912	-67.046	-33.874	-65.685
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.207	20.437	4.866	4.471
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-22.335	14.981	-14.727	16.010
3.06	Resultado Financeiro	-2.047	-16.123	-42.872	-91.471
3.06.01	Receitas Financeiras	52.093	133.486	55.346	89.838
3.06.02	Despesas Financeiras	-54.140	-149.609	-98.218	-181.309
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-24.382	-1.142	-57.599	-75.461
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	19.205	31.487	-53.638	-99.378
3.08.01	Corrente	-14.386	-47.308	-2.030	-5.958
3.08.02	Diferido	33.591	78.795	-51.608	-93.420
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.177	30.345	-111.237	-174.839
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-5.177	30.345	-111.237	-174.839
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-9.692	20.024	-115.489	-181.929
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.515	10.321	4.252	7.090
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,67230	1,38900	-12,57850	-16,86380
3.99.01.02	PNA	0,67230	1,38900	-12,57850	-16,86380

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.99.01.03	PNB	0,67230	1,38900	-12,57850	-16,86380
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,67230	1,38900	-12,57850	-16,86380
3.99.02.02	PNA	0,67230	1,38900	-12,57850	-16,86380
3.99.02.03	PNB	0,67230	1,38900	-12,57850	-16,86380

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-13.343	22.179	-111.257	-147.770
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-6.670	-10.265	40.264	27.926
4.02.01	Ganho (Perda) pela Reversão da Obrigação Atuarial sobre Benefícios Pós Emprego CPC 33 (R1)	-6.670	-10.265	40.264	27.926
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-20.013	11.914	-70.993	-119.844
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-22.023	9.759	-73.318	-122.682
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.010	2.155	2.325	2.838

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	35.609	-74.326
6.01.01	Recebimento de Consumidores/Clientes	2.723.643	2.360.224
6.01.03	Rendimento de Aplicações Financeiras	7.232	5.892
6.01.05	Liberação de Garantia - CCEE	6.899	4.480
6.01.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	24.799	14.848
6.01.07	Outros Recebimentos	2.219	1.836
6.01.08	Fornecedores - Materiais e Serviços	-149.285	-144.666
6.01.09	Fornecedores - Energia Elétrica	-1.156.476	-1.278.262
6.01.10	Contribuição de Iluminação Pública	-154.504	-110.316
6.01.11	Sálarios e Encargos Sociais	-223.796	-191.133
6.01.12	Pagamentos de Encargos da Dívida	-94.200	-38.594
6.01.13	Impostos, Taxas e Contribuições	-702.933	-472.250
6.01.14	Encargos Setoriais	-219.032	-161.055
6.01.15	Constituição de Caução - CCEE	-7.071	0
6.01.16	Outros Pagamentos	-21.886	-65.330
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-32.652	-20.421
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	-32.521	-14.419
6.02.04	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-44	-2
6.02.05	Aplicações Financeiras	102	-6.000
6.02.06	Concessão de Empréstimos	-189	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.490	88.270
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-21.347	-4.751
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	5.332	20.000
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-59.979	-54.389
6.03.04	Custo da Transação - Captação de Empréstimos	46	-2.590
6.03.05	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	458	0
6.03.06	Emissão de Debêntures	71.000	130.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.533	-6.477
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	78.043	66.006
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	76.510	59.529

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-186.204	206.815	586.636	234.185	820.821
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-16.204	0	-16.204	0	-16.204
5.02.05	Equivalência Patrimonial Sobre Ajustes de Exercícios Anteriores de Controlada	0	0	0	-16.204	0	-16.204	0	-16.204
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-202.408	206.815	570.432	234.185	804.617
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-17.789	-17.789
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	206	206
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-17.038	-17.038
5.04.10	Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias	0	0	0	0	0	0	-1.223	-1.223
5.04.11	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	0	0	0	0	266	266
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.643	-10.267	8.376	9.378	17.754
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.024	0	20.024	9.378	29.402
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.381	-10.267	-11.648	0	-11.648
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	-1.381	-10.267	-11.648	0	-11.648
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-183.765	196.548	578.808	225.774	804.582

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-197.266	20.325	177.084	225.059	402.143
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-53.761	0	-53.761	0	-53.761
5.02.03	Equivalência Patrimonial sobre Reconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios - CVA	0	0	0	-80.830	0	-80.830	0	-80.830
5.02.04	Equivalência Patrimonial sobre Ajuste de Reclassificação de Energia de Curto Prazo	0	0	0	27.069	0	27.069	0	27.069
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-251.027	20.325	123.323	225.059	348.382
5.04	Transações de Capital com os Sócios	223.969	-11.969	0	0	33	212.033	-1.490	210.543
5.04.01	Aumentos de Capital	223.969	-223.969	0	0	0	0	0	0
5.04.08	Ganho/Perda na Diluição de Percentual de Participação Societária	0	0	0	0	33	33	0	33
5.04.09	Transferência de AFAC de Passivo não Circulante para Patrimônio Líquido	0	212.000	0	0	0	212.000	0	212.000
5.04.10	Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias	0	0	0	0	0	0	-1.490	-1.490
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-154.703	27.926	-126.777	7.090	-119.687
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-154.860	0	-154.860	7.090	-147.770
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	157	27.926	28.083	0	28.083
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	157	27.926	28.083	0	28.083
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-405.730	48.284	208.579	230.659	439.238

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	2.635.436	2.934.432
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.544.311	2.912.118
7.01.02	Outras Receitas	83.468	10.807
7.01.02.01	Ganho na Alienação de Ativo Imobilizado	-747	-288
7.01.02.02	Outras Receitas	84.215	11.095
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	37.021	65.692
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-29.364	-54.185
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.451.373	-1.658.677
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.264.638	-1.431.963
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-133.262	-114.438
7.02.04	Outros	-53.473	-112.276
7.02.04.01	Custo de Construção	-37.021	-65.692
7.02.04.02	Outros	-16.452	-46.584
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.184.063	1.275.755
7.04	Retenções	-32.549	-39.093
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.549	-39.093
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.151.514	1.236.662
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	156.011	94.309
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	20.436	4.471
7.06.02	Receitas Financeiras	134.909	89.838
7.06.03	Outros	666	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.307.525	1.330.971
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.307.525	1.330.971
7.08.01	Pessoal	151.015	129.448
7.08.01.01	Remuneração Direta	92.509	83.083
7.08.01.02	Benefícios	48.895	37.665
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.611	8.700
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	929.804	1.163.383
7.08.02.01	Federais	419.783	722.575
7.08.02.02	Estaduais	510.021	440.808
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	196.361	212.979
7.08.03.01	Juros	149.609	181.309
7.08.03.02	Aluguéis	46.752	31.670
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	30.345	-174.839
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	20.024	-181.929
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	10.321	7.090

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2016
Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**COMENTÁRIO DE DESEMPENHO**
3º TRIMESTRE DE 2016
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
(Não Revisado Pelos Auditores Independentes)

O Relatório de Desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília (“Companhia” ou “CEB”) e de suas controladas, descritas nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, em 30 de setembro de 2016.

CONTEXTO MACROECONÔMICO

O Brasil experimenta, atualmente, a continuidade da pior recessão econômica das últimas décadas. A desaceleração da economia, juros mais elevados, perda de grau de investimento e a moeda nacional em desvalorização, criaram um cenário de incertezas que sempre dificulta as decisões empresariais.

A economia brasileira teve que lidar com a piora na situação das famílias, que sofreu com a alta do desemprego, partindo de 6,5% em 2014 para 9% em 2015, além da queda de renda. Durante anos, o consumo das famílias contribuiu para o crescimento da economia, entretanto, no exercício de 2015, houve retração de 4%, contendo o último crescimento ocorrido em 2014 de 1,3%.

Ainda em 2015, registrou-se uma queda no consumo de energia. A crise econômica e os reajustes na conta de energia levaram o consumidor a mudar de hábitos, com consequente redução de 1,8% do mercado nacional, retração que foi revertida no 2º trimestre de 2016, uma vez que houve aumento de 0,6%, quando se compara com o 2º trimestre de 2015.

No âmbito da área de concessão da CEB Distribuição S.A., comparando-se os exercícios de 2015 e 2014, ocorreu a diminuição no consumo em MWh de 1,3%. Esta redução poderia ter sido maior, caso a Empresa não tivesse alcançado um acréscimo de 3,2% no número de unidades consumidoras.

O comportamento observado em 2015 alterou-se no decorrer do ano de 2016, tendo em vista que foi apurado aumento de consumo em MWh de 1,1%, ao confrontar-se o 9M16 com o 9M15.

Por outro lado, em função desse contexto e das especificidades setoriais que incrementaram as pressões sobre os caixas das empresas controladas por meio de componentes não gerenciáveis, a Companhia, quando possível, tem judicializado, com eficácia, questões que ameaçam seus negócios, particularmente as geradoras e comercializadoras (CEB Participações S.A.; CEB Geração S.A.; e CEB Lajeado S.A.), no que diz respeito aos riscos hidrológicos. Nesse sentido, novas ações judiciais foram providenciadas no mês de março de 2016, que se somaram àquelas ocorridas no exercício de 2015.

Dessa forma, o presente Comentário de Desempenho revela o estado empresarial dos negócios da CEB, com destaque nas ocorrências registradas no 3T16.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2016

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



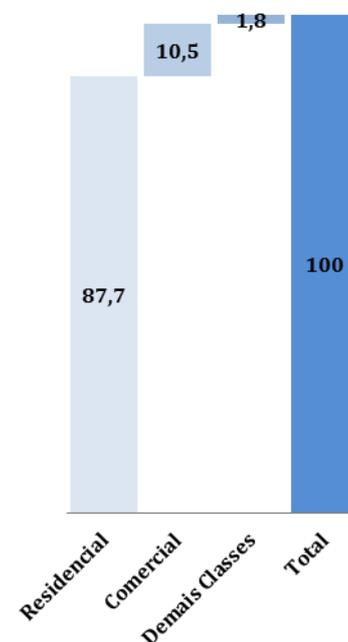
DESEMPENHO OPERACIONAL

QUANTIDADE DE CONSUMIDORES POR CLASSE:

CLASSE DE CONSUMIDORES	3T16	2T16	3T15	Δ TRIM.	Δ ANO
Residencial	904.620	898.825	879.947	0,6%	2,8%
Industrial	1.632	1.660	1.695	(1,7%)	(3,7%)
Comercial	108.811	108.825	108.295	0,0%	0,5%
Rural	10.430	10.243	10.201	1,8%	2,2%
Poder Público	5.959	5.974	5.901	(0,3%)	1,0%
Iluminação Pública	19	19	19	0,0%	0,0%
Serviço Público	327	326	316	0,3%	3,5%
Consumidores Faturados	1.031.798	1.025.872	1.006.374	0,6%	2,5%
Consumo Próprio	48	48	49	0,0%	(2,0%)
(=) Total	1.031.846	1.025.920	1.006.423	0,6%	2,5%

A Companhia encerrou o 3T16 com 1.031.846 consumidores, dentre os quais, 87,7% pertencentes à classe residencial, 10,5% à comercial e 1,8% às demais classes. Esta composição permanece estável em relação aos últimos períodos apurados. Houve crescimento na quantidade de consumidores de 0,6% no trimestre e de 2,5% no período de 1 ano.

COMPOSIÇÃO DOS CONSUMIDORES POR CLASSE (%)

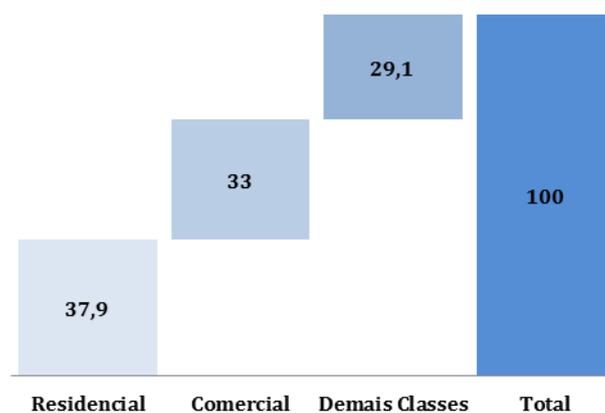


CONSUMO DE CONSUMIDORES POR CLASSE (Em MWh):

CLASSE DE CONSUMIDORES	3T16	2T16	3T15	Δ TRIM.	Δ ANO	9M16	9M15	Δ ACUM.
Residencial	565.575	563.379	553.098	0,4%	2,3%	1.684.087	1.682.294	0,1%
Industrial	44.253	46.212	46.593	(4,2%)	(5,0%)	136.059	142.523	(4,5%)
Comercial	492.126	526.251	495.976	(6,5%)	(0,8%)	1.527.839	41.518.017	0,6%
Rural	41.538	43.223	43.193	(3,9%)	(3,8%)	116.501	109.564	6,3%
Poder Público	147.669	165.566	149.589	(10,8%)	(1,3%)	466.270	458.914	1,6%
Iluminação Pública	111.789	110.057	107.714	1,6%	3,8%	328.664	322.737	1,8%
Serviço Público	88.779	90.211	86.601	(1,6%)	2,5%	264.918	241.278	9,8%
(=) Fornecimento Faturado	1.491.729	1.544.899	1.482.764	(3,4%)	0,6%	4.524.338	4.475.326	1,1%
Consumo Próprio	326	320	397	1,5%	(18,0%)	961	1225	(21,6%)
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	1.492.055	1.545.219	1.483.161	(3,4%)	0,6%	4.525.299	4.476.552	1,1%

No 3T16, o consumo apresentou retração de 3,4% em relação ao 2T16. As principais classes de consumo que influenciaram esta redução foram a Comercial (-6,5%) e Poder Público (-10,8%). Quando comparado com o 3T15 o consumo dos clientes da CEB Distribuição S.A. aumentou 0,6%. No consumo acumulado do ano (9M16), houve crescimento de 1,1% em relação ao mesmo período de 2015. Esta evolução foi causada, principalmente, pelo aumento na quantidade de consumidores. Em relação à composição do consumo por classe, conforme mostrado no gráfico, 37,9% do consumo foi relativo aos consumidores da classe residencial, 33% da comercial e 29,1% das demais classes.

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO POR CLASSE DE CONSUMIDORES (%)



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2016

Comentário do Desempenho

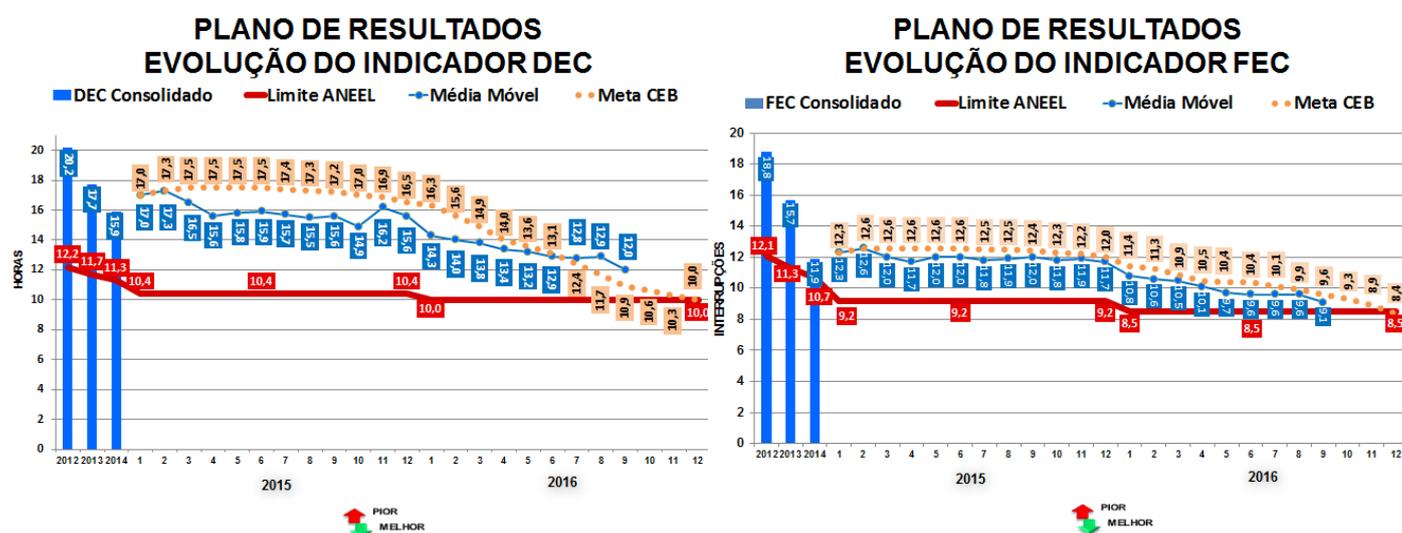
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



QUALIDADE DO SERVIÇO

(DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA (“DEC”) E FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA (“FEC”))

Por determinação do Órgão Regulador, a controlada integral CEB Distribuição S.A. (“CEB D”), concessionária de distribuição de energia elétrica, formalizou à ANEEL, por meio da Carta nº 144/2015-DD, de 13 de abril de 2015, o compromisso de executar um Plano de Resultados que contempla quatro dimensões: Indicadores de Continuidade – DEC e FEC; Reclamações e Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC; Segurança do Trabalho e da População; e Situação Econômico-Financeira. O mencionado Plano encontra-se em execução desde o mês de abril de 2015 e, particularmente com relação aos indicadores DEC e FEC, estão sendo cumpridas trajetórias com tendências declinantes, conforme pode ser constatado nos gráficos seguintes:



RESULTADOS CONSOLIDADOS:

RECEITA OPERACIONAL BRUTA:

	3T16	2T16	3T15 REAPRESENTADO	Δ TRIM.	Δ ANO	9M16	9M15	Δ ACUM.
Fornecimento de Energia Elétrica	782.985	832.442	812.292	(5,9%)	(3,6%)	2.478.813	2.234.849	10,9%
Energia de Curto Prazo	35.905	103.622	94.498	(65,4%)	(62,0%)	211.808	321.788	(34,2%)
Recursos de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	(126.159)	(110.366)	117.869	14,3%	(207,0%)	(273.672)	221.347	(223,6%)
Receita de Construção	19.481	11.450	22.202	70,1%	(12,3%)	37.021	65.692	(43,6%)
Aporte de Recursos CDE	10.238	9.351	13.494	9,5%	(24,1%)	29.288	40.727	(28,1%)
Receita de Prestação de Serviços	10.023	13.217	5.058	(24,2%)	98,2%	33.138	24.301	36,4%
Suprimento de Energia	7.778	7.436	7.196	4,6%	8,1%	23.461	22.028	6,5%
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	4.898	4.889	5.144	0,2%	(4,8%)	20.054	19.779	1,4%
Arrendamento e Aluguéis	6.400	6.791	8.383	(5,8%)	(23,7%)	15.914	21.815	(27,1%)
Receita de Venda de Gás	1.097	1.405	1.144	(21,9%)	(4,1%)	3.889	3.345	16,3%
Outras Receitas	668	554	1.180	20,6%	(43,4%)	1.743	2.144	(18,7%)
Receita Operacional Bruta	753.314	880.791	1.088.460	(14,5%)	(30,8%)	2.581.457	2.977.815	(13,3%)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(301.856)	(350.531)	(467.301)	(13,9%)	(35,4%)	(1.050.714)	(1.191.091)	(11,8%)
Receita Operacional Líquida	451.458	530.260	621.150	(14,9%)	(27,3%)	1.530.743	1.786.724	(14,3%)

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2016**Comentário do Desempenho**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

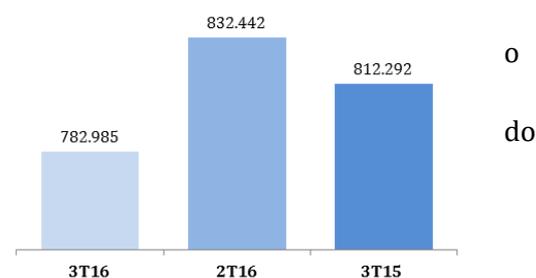


Embora tenha ocorrido aumento de consumo no 3T16, a Receita Operacional Bruta apresentou queda de 14,5% em relação ao 2T16. Já em relação ao 3T15 a queda foi equivalente a 30,8%. No acumulado do ano verificou-se retração de 13,3%, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, justificada, principalmente, pelas variações de Energia de Curto Prazo e Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros.

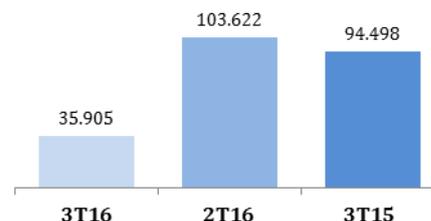
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA:

CONSUMIDORES	MWH			R\$ MIL			Δ TRIM.	Δ ANO
	3T16	2T16	3T15	3T16	2T16	3T15		
Residencial	565.575	563.379	553.098	313.275	322.523	306.535	(2,9%)	2,2%
Industrial	44.253	46.212	46.593	24.170	22.694	34.043	6,5%	(29,0%)
Comercial	492.126	526.251	495.976	274.027	301.764	278.328	(9,2%)	(1,5%)
Rural	41.538	43.223	43.193	16.312	17.473	17.432	(6,6%)	(6,4%)
Poder Público	147.669	165.566	149.589	88.214	102.802	91.201	(14,2%)	(3,3%)
Iluminação Pública	111.789	110.057	107.714	34.185	34.650	33.535	(1,3%)	1,9%
Serviço Público	88.779	90.211	86.601	37.917	40.255	37.520	(5,8%)	1,1%
Subtotal - Fornecimento Faturado	1.491.729	1.544.899	1.482.764	788.100	842.161	798.594	(6,4%)	(1,3%)
Consumo Próprio	326	320	397			-		
Fornecimento Não Faturado				(5.115)	-9.719	13.698	(47,4%)	(137,3%)
Fornecimento de Energia Elétrica	1.492.055	1.545.219	1.483.161	782.985	832.442	812.292	(5,9%)	(3,6%)

A receita de Fornecimento de Energia Elétrica no 3T16 registrou queda de 5,9% em relação ao 2T16. Quando comparado o 3T16 com 3T15, a retração foi de 3,6%. A queda da receita no 3T16, quando confrontada com o 2T16, justifica-se, principalmente, pela redução consumo. Em relação ao 3T15, o impacto negativo da receita foi motivado, primordialmente, pela diferença de receitas do faturamento de Bandeiras Tarifárias, compensado, em parte, pelo aumento no consumo de energia.

**ENERGIA DE CURTO PRAZO:**

A receita de Energia de Curto Prazo no 3T16 atingiu R\$ 35.905, 65,4% inferior à receita reconhecida no 2T16. No acumulado do ano (9M16), houve redução de 34,2% em relação ao mesmo período de 2015, influenciada, preponderantemente, pela redução dos valores de PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) em 2016.

**RECURSOS DE PARCELA "A" E OUTROS ITENS FINANCEIROS:**

Os Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros representaram a variação absoluta com maior impacto na Receita Operacional Bruta. A retração verificada no 3T16, quando se compara com o 2T16 (R\$ 15.793) e com o 3T15 (R\$ 244.028), decorre, principalmente, da amortização da CVA reconhecida no reajuste tarifário em agosto 2015; da constituição de passivo regulatório para repasse de Bandeiras Tarifárias; e da devolução das cotas de CDE (Conta de Desenvolvimento Energético).

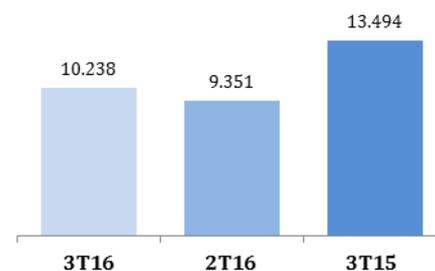


COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2016**Comentário do Desempenho**

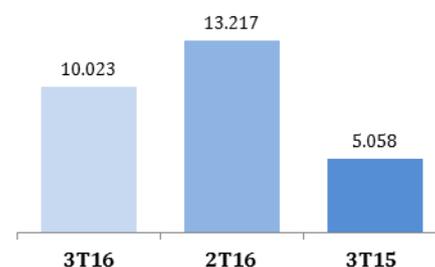
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**APORTES DE RECURSOS DA CDE:**

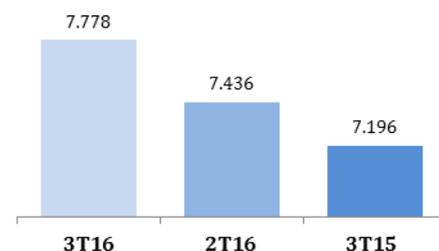
A receita de Aporte de Recursos da CDE apresentou redução de R\$ 3.256 (-24,1%), quando comparado com o 3T15, justificado pela alteração das faixas de clientes elegíveis às tarifas mais baixas.

**RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**

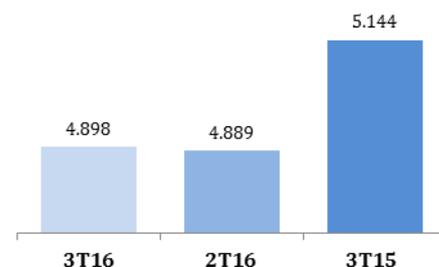
A receita de Prestação de Serviços é historicamente oscilante, dependendo da demanda do contratante, Distrito Federal, particularmente no tocante à realização de obras. No 3T16, tal receita apresentou queda de R\$ 3.194 (-24,2%), decorrente da diminuição do volume de obras de expansão de Iluminação Pública, na comparação com o 2T16. Já em relação ao 3T15, houve maior volume de realização das obras, representando variação positiva de 98,2%.

**SUPRIMENTO DE ENERGIA:**

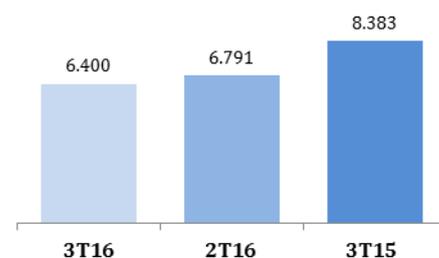
A receita de Suprimento de Energia alcançou no 3T16 R\$ 7.778, mantendo-se em patamar estável quando comparado com o 2T16 (R\$7.436) e com o 3T15 (R\$ 7.196). A tendência de leve alta é justificada pelo crescimento inflacionário.

**DISPONIBILIDADE DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO:**

A receita de Disponibilidade do Sistema de Distribuição no 3T16 (R\$ 4.989) apresentou estabilidade em relação ao 2T16 (R\$ 4.889). Quando comparado com o 3T15 (R\$ 5.144), verifica-se retração de 4,8%, justificada pela redução do consumo de consumidores livres.

**ARRENDAMENTO E ALUGUÉIS:**

A receita de Arrendamento e Aluguéis reduziu 23,7% no 3T16 em relação ao mesmo período do ano passado (3T15), devido ao término de um contrato de compartilhamento de rede com empresa do ramo de telecomunicações.



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2016

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:

	3T16	2T16	3T15 REAPRESENTADO	Δ TRIM.	Δ ANO	9M16	9M15	Δ ACUM.
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(302.838)	(354.288)	(420.343)	(14,5%)	(23,0%)	(1.014.440)	(1.154.427)	(12,1%)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(35.643)	(56.588)	(44.411)	(37,0%)	(19,7%)	(123.947)	(111.240)	11,4%
Custo da Energia Comprada	(338.481)	(410.876)	(464.754)	(17,6%)	(22,7%)	(1.138.386)	(1.292.736)	(10,1%)
Pessoal e Administradores	(56.211)	(58.067)	(46.473)	(3,2%)	21,0%	(173.623)	(145.039)	19,7%
Serviço de Terceiros	(44.805)	(57.092)	(37.490)	(21,5%)	19,5%	(128.943)	(109.918)	17,3%
Custo de Construção	(19.481)	(11.450)	(22.202)	70,1%	(12,3%)	(37.021)	(65.692)	(43,6%)
Depreciação e Amortização	(11.848)	(8.999)	(13.015)	31,7%	(9,0%)	(32.549)	(39.093)	(16,7%)
Perda Estimada/ Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(19.592)	10.866	(25.524)	(280,3%)	(23,2%)	(29.364)	(54.185)	(45,8%)
Arrendamento	(13.648)	(13.648)	(10.463)	0,0%	30,4%	(40.944)	(31.388)	30,4%
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	-	-	(4.188)	-	(100,0%)	-	(4.188)	(100,0%)
Material	(1.549)	(717)	(1.396)	116,0%	11,0%	(2.451)	(3.801)	(35,5%)
Outras Despesas	(5.250)	(2.302)	(5.175)	128,1%	1,4%	(13.829)	(13.933)	(0,7%)
Despesas Operacionais	(172.384)	(141.409)	(165.926)	21,9%	3,9%	(458.724)	(467.237)	(1,8%)
Total	(510.865)	(552.285)	(630.680)	(7,5%)	(19,0%)	(1.597.111)	(1.759.973)	(9,3%)

Os Custos e Despesas Operacionais Consolidados totalizaram R\$ 510.865 no 3T16, uma redução de R\$ 41.420 (-7,5%), em relação ao 2T16. Relativamente ao 3T15, apurou-se uma redução de R\$ 119.815 (-19,0%).

As principais ocorrências no período quanto aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

CUSTO DA ENERGIA COMPRADA:

O Custo da Energia Comprada no 3T16 totalizou R\$ 338.481, um decréscimo de R\$ 72.393 (-17,6%), na comparação com o 2T16. Em comparação com o 3T15, a redução foi de R\$ 126.273 (22,7%). A variação apresentada decorre, principalmente, da redução dos custos de suprimento da energia de Itaipu.

DESPESAS OPERACIONAIS:

As Despesas Operacionais, no 3T16, foram de R\$ 172.384, 21,9% superior ao apurado no 2T16. Destaca-se os seguintes itens:

- **Pessoal e Administradores:** no 3T16 houve um decréscimo de R\$ 1.856 (-3,2%), quando comparado com o 2T16. Em relação ao 3T15, porém, houve acréscimo de R\$ 9.738 (21,0%), decorrente, principalmente, da primarização de 107 empregados, em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta – TAC firmado com o Ministério Público, além do efeito do reajuste médio de 4,4% do ACT, na última data-base, do aumento nos custos com utilização do plano de saúde e de custos pontuais com rescisões de aposentados; e
- **Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa:** no 3T16 a Estimativa de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa apresentou uma redução de 23,2% na comparação com o 3T15. Em relação ao 2T16, houve redução de R\$ 30.458, devido à reversão de perdas estimadas com o Governo do Distrito Federal.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2016**Comentário do Desempenho**

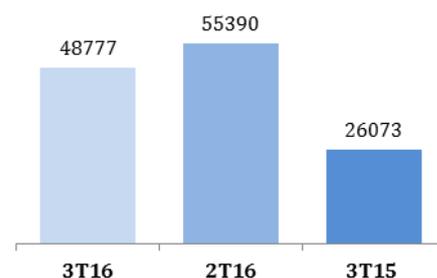
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS:**

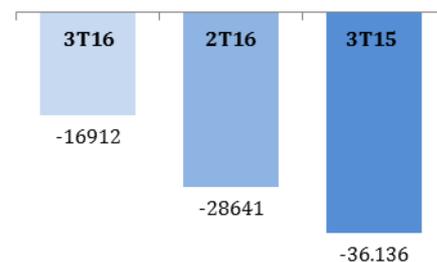
	3T16	2T16	3T15	Δ TRIM.	Δ ANO	9M16	9M15	Δ ACUM.
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego	9.604	8.441	8.183	14%	17%	26.750	23.699	13%
Recuperação de Créditos Baixados como Perdas	40.499	5.507	3.271	635%	1138%	49.995	11.095	351%
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros		1974				1974	461	328%
Rever. de Prov. para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	165	10.054	14.787	(98%)	(99%)	21.078	17.816	18%
Varição do Valor Justo – Ativo Financeiro Indenizável	1.358	5.466				6.824		
Tributos Sobre Outras Receitas	(3.159)	(2.467)		28%		(5.626)		
Ganho na Baixa de Bens	(202)	(545)	(189)	(63%)	7%	(747)	(288)	159%
Outras Receitas	512	26.960	21	(98%)	2338%	27.710	1.751	1483%
Outras Receitas Operacionais	48.777	55.390	26.073	(12%)	87%	127.958	54.534	135%
Provisão de Benefícios Pós Emprego	(9.847)	(8.902)	(9.859)	11%	0%	(27.190)	(28.586)	(5%)
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios.	(2940)	(6449)	(5.212)	(54%)	(44%)	(14.767)	(11.592)	27%
Compensação por descontinuidade de energia	(467)	(4.745)	(1.010)	(90%)	(54%)	(12.922)	(7.034)	84%
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais			(112)			(2.738)	(162)	1590%
Multas ANEEL		(6.083)	(17.682)	(100%)	(100%)	(6.083)	(18.162)	(67%)
Outras Despesas	(3658)	(2.462)	(2.261)	49%	62%	(3.346)	(4.210)	(21%)
Outras Despesas Operacionais	(16.912)	(28.641)	(36.136)	(41%)	(53%)	(67.046)	(69.746)	(4%)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	31.865	26.749	(10.063)	19%	(417%)	60.912	(15.212)	(500%)

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS:

A conta Outras Receitas Operacionais apresentou uma evolução de 87% em relação ao 3T15, impactada, primordialmente, pelo reconhecimento de receitas decorrentes de processos judiciais, da ordem de R\$ 31.675, e oriunda da recuperação tributária relativa ao FINSOCIAL.

**OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS:**

As Outras Despesas Operacionais retraíram no 3T16, 41% em relação ao 2T16. Em comparação com o 3T15, ocorreu retração de 53%. A principal rubrica responsável por esta redução foi Multa Aneel, uma vez que não foram aplicadas penalidades regulatórias dessa natureza neste trimestre.



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2016

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**RESULTADO FINANCEIRO:**

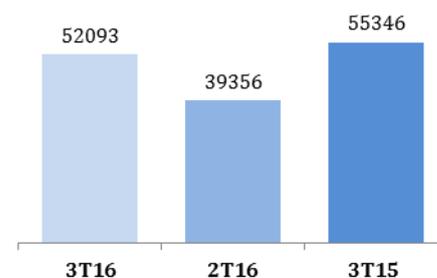
	3T16	2T16	3T15	Δ Trim.	Δ Ano	9M16	9M15	Δ Ano
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	4.949	23.746	5.143	-79,2%	-3,8%	32.960	14.097	133,8%
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios	35.531	4.445	42.348	699,3%	-16,1%	54.128	58.054	-6,8%
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia	8.162	8.912	2.708	-8,4%	201,4%	23.285	8.492	174,2%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.818	3.046	4.170	-7,5%	-32,4%	8.048	6.800	18,4%
Multas e Penalidades Aplicadas	523	154	155	239,6%	237,4%	818	408	100,5%
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	168	397				666		
Outras Receitas Financeiras	393	790	822	-50,3%	-52,2%	1.693	1.987	-14,8%
Tributos Sobre Receitas Financeiras	-451	-2134				-3.375		
Receitas Financeiras	52.093	39.356	55.346	32,4%	-5,9%	118.223	89.838	31,6%
Juros / Variações Monetárias Sobre Passivos	-17.736	-16.917	-23.854	4,8%	-25,6%	-55.544	-66.647	-16,7%
Encargos de Dívidas	-19.640	-13.192	-18.141	48,9%	8,3%	-47.974	-37.518	27,9%
Atualização Monetária - Passivos Regulatórios	-10.639	-11.250	-9.447	-5,4%	12,6%	-29.637	-10.176	191,2%
Outras Despesas Financeiras	-5899	-5673	-10.683	4,0%	-44,7%	-16.454	-13.452	33,4%
Despesas Financeiras	-53.914	-47.032	-62.125	14,6%	-13,2%	-149.609	-127.793	17,1%
Variação Cambial Líquida	-226	7408	-36.113	-103,1%	-99,4%	15.263	-53.516	-128,5%
Resultado Financeiro	-2.047	-268	-42.892	663,8%	-95,2%	-16.123	-91.471	-82,4%

O Resultado Financeiro, no 3T16, foi negativo em R\$ 2.047, R\$ 1.779 inferior ao registrado no 2T16. Em relação ao 3T15, devido o efeito significativo da Variação Cambial em 2015 (-R\$ 36.113), houve redução de 95,2%. No acumulado do ano, houve uma melhora considerável no resultado (+R\$ 75.348), determinada pela influência do câmbio na inadimplência da Controlada CEB D com as faturas de energia de Itaipu.

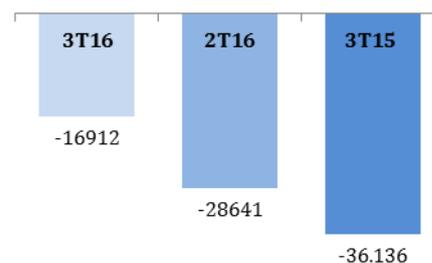
As seguir são detalhadas as principais variações do Resultado Financeiro no 3T16:

RECEITAS FINANCEIRAS:

As Receitas Financeiras evoluíram 32,4% no 3T16, em relação ao trimestre imediatamente anterior. A Atualização Monetária de Ativos Regulatórios representou a rubrica com a variação mais significativa em relação ao 2T16 (699,3%), decorrente de itens financeiros reconhecidos pelo Órgão Regulador na última revisão tarifária

**DESPESAS FINANCEIRAS:**

Com relação às Despesas Financeiras, observou-se no 3T16 acréscimo de 14,6% em relação ao 2T16, devido, principalmente, ao aumento de Encargos de Dívidas equivalente à 48,9% (R\$ 6.448), reflexo da 2ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 71.000.



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2016**Comentário do Desempenho**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**EBITDA:**

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM Nº 527, de 4 de outubro de 2012, excluindo o Resultado da Venda de Bens, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado), não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicador de liquidez. Destaca-se ainda, que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

No 3T16, o EBITDA Ajustado foi negativo, no montante de R\$ 18.452 (R\$ 23.308 positivo no 2T16), representando uma variação negativa R\$ 41.760 na comparação com o 2T16.

A Margem EBITDA Ajustada no 3T16 foi de -4,1%, enquanto no 2T16 foi de 4,5%, e -0,2% no 3T15. A redução do EBITDA em relação ao 3T15 deveu-se, principalmente, aos prejuízos temporários causados pela sobrecontratação de energia associada à queda brusca do PLD para 2016.

	3T16	2T16	3T15	Δ Trim.	Δ Ano	9M16	9M15	Δ Acum.
Lucro Líquido / (Prejuízo) Consolidado do Período	(13.343)	29.670	(111.237)	(145,0%)	(88,0%)	22.179	(174.839)	(112,7%)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(19.205)	(15.633)	53.638	22,8%	(135,8%)	(31.487)	99.378	(131,7%)
(+) Resultado Financeiro	2.047	268	42.872	663,8%	(95,2%)	16.123	91.471	(82,4%)
(+) Depreciação /Amortização	11.847	9.003	13.016	31,6%	(9,0%)	32.550	39.093	(16,7%)
EBITDA	(18.654)	23.308	(1.711)	(180,0%)	990,2%	39.365	55.103	(28,6%)
Ajustes:								
(+/-) Ganho na Venda de Bens	202	545	189	(62,9%)	6,9%	747	288	159,4%
EBITDA Ajustado	(18.452)	23.853	(1.522)	(177,4%)	1.112,3%	40.112	55.391	(27,6%)
Margem EBITDA %	(4,1%)	4,4%	(0,3%)	(194,0%)	1.401,5%	2,6%	3,1%	(16,5%)
Margem EBITDA Ajustado %	(4,1%)	4,5%	(0,2%)	(190,9%)	1.569,7%	2,6%	3,1%	(15,4%)

RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO:

O Resultado Consolidado no 3T16 foi prejuízo de R\$ 5.177, sendo que a parte atribuída aos acionistas controladores foi de prejuízo de R\$ 9.692 (R\$ 29.716 de lucro no 2T16 e R\$ 111.237 de prejuízo no 3T15), representando uma variação de -145,0% e 88,0%, respectivamente. Para os acionistas não controladores, o valor atribuído foi um lucro de R\$ 4.515 (R\$ 5.707 no 2T16 e R\$ 4.252 no 3T15). No acumulado dos 9M15, o Resultado Consolidado foi de lucro de R\$ 30.345 (Prejuízo de R\$ 174.839 nos 9M15).

	3T16	2T16	3T15	Δ Trim.	Δ Ano	9M16	9M15	Δ Acum.
Lucro Líquido (Prejuízo) Consolidado do Período	(5.177)	29.716	(111.237)	(145,0%)	(88,0%)	30.345	-174.839	(112,7%)
Margem Líquida	(1,1%)	5,6%	(17,9%)	-	-	2,0%	(9,8%)	-
Atribuível aos Controladores	(9.692)	24.009	(115.509)	(140,4%)	(91,6%)	20.024	(181.929)	(111,0%)
Lucro(Prejuízo) por Ação (R\$)	(0,6723)	1,6654	(21,3231)	-	-	1,3890	(19,8115)	-

ENDIVIDAMENTO:

A Dívida Bruta Consolidada apresentou um aumento de R\$ 11.915, (18,1%) superior em relação a dezembro de 2015. Em comparação com setembro de 2015, a dívida bruta permaneceu estável. O aumento no exercício de 2016 está ligado à segunda emissão de debêntures pela controlada CEB Distribuição S.A. no valor de R\$ 71.000, ocorrida no 2T16.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2016

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2015	Δ Acum.	Δ Ano
Curto Prazo	84.878	71.893	71.880	18,1%	18,1%
Longo Prazo	335.120	336.190	348.161	(0,3%)	(3,7%)
Dívida Total	419.998	408.083	420.041	2,9%	0,0%
(-) Caixa Disponível	(76.510)	(78.043)	(59.529)	(2,0%)	28,5%
(=) Dívida Líquida	343.488	330.040	360.512	4,1%	(4,7%)

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:

	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	19.244	71.477	50.229	44.504	47.568	233.022

MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES:

	Empréstimos e Financiamentos	Debêntures	Total
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015	278.944	129.139	408.083
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Obtidos	0	71.000	71.000
Encargos Incorridos no Período	22.929	22.872	45.801
Custo de Transação	266	-31	235
Encargos Financeiros Pagos	-25.048	-24.463	-49.511
Amortizações do Principal	-41.288	-10.609	-51.897
Variação Monetária	-2.781		-2.781
Deságio		-932	-932
Saldo em 30 de Setembro de 2016	233.022	186.976	419.998
Passivo Circulante	42.736	42.142	84.878
Passivo Não Circulante	190.286	144.834	335.120

ALAVANCAGEM FINANCEIRA LÍQUIDA:

	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2015
Empréstimos e Financiamentos / Debêntures	419.998	408.083	420.041
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	-76.510	-78.043	-59.529
Dívida líquida	343.488	330.040	360.512
Patrimônio Líquido	578.808	570.432	182.038
Total do Capital	922.296	900.472	542.550
Índice de Alavancagem Financeira Líquida - % (Dívida Líquida) / (Total do Capital)	37,2%	36,7%	66,4%



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. OBJETIVO SOCIAL

A Companhia Energética de Brasília (“Companhia”, “CEB” ou “Controladora”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, sob o CNPJ nº 00.070.698/0001-11, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, endereço SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações transacionadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, sob os códigos CEBR3, CEBR5 e CEBR6.

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades que atuam na exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica, compreendendo os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização. De forma secundária, a CEB presta serviços de manutenção e de expansão do sistema de iluminação pública do Distrito Federal.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo. No período findo em 30 de setembro de 2016 não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2015. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2016, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária realizadas em 29 de abril de 2016.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Informações Contábeis Intermediárias.

Em 10 de novembro de 2016, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Informações Contábeis Intermediárias.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2. CORRELAÇÃO ENTRE AS NOTAS EXPLICATIVAS DIVULGADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS E AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Consolidadas de 31 de dezembro de 2015 e as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas de 30 de setembro de 2016.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2015	30/09/2016	
1	1	CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS
2	2	BASE DE PREPARAÇÃO
3	3	REAPRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
4	4	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO
5	5	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA
6	6	CONTAS A RECEBER
7	7	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS
8	8	CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE VALORES DE ITENS DA PARCELA "A" E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS
	9	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (MÚTUO)
11	10	ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL
12	11	APLICAÇÕES FINANCEIRAS
13	12	ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA
14	13	INVESTIMENTOS
15	14	IMOBILIZADO
16	15	INTANGÍVEL
17	16	FORNECEDORES
18	17	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
19	18	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
20	19	ENCARGOS REGULATÓRIOS
21	20	DEBÊNTURES
22	21	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
23	22	OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS
24	23	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS
25	24	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO
26	25	PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS
28	26	OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DE DISTRIBUIDORAS
29	27	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
31	28	CONTAS DE RESULTADO
32	29	LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO
33	30	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
34	31	SEGUROS
36	32	CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
30	33	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

2.3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.1. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão descritas no quadro seguinte:

Investidas	Atividade	30/09/2016	31/12/2015
Participações Diretas			
Em Controladas			
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100,00%	100,00%
CEB Geração S.A.	Geração	100,00%	100,00%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100,00%	100,00%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasiliense de Gás S.A.	Gás	17,00%	17,00%
Em Controlada Em Conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em Coligada			
Corumbá Concessões S.A. (a)	Geração	47,57%	47,57%
Participações Indiretas			
Em Coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00%	9,00%

(a) A participação do Grupo no capital social da Corumbá Concessões S.A. é de 47,56%, sendo 45,21% de propriedade da CEB e 2,35% de propriedade da CEB Participações S.A.

2.3.1.1. CEB DISTRIBUIÇÃO S.A. ("Distribuidora" ou "CEB D")

Apresenta-se a seguir os fatos julgados relevantes relativos à Distribuidora:

(i) INFORMAÇÕES SOBRE ASPECTOS RELACIONADOS AO PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE OPERACIONAL

A prorrogação da concessão refletiu a avaliação positiva do Poder Concedente com relação às ações da Administração dirigidas à CEB D, que consiste na busca da eficiência operacional e financeira, com remuneração compatível dos investimentos realizados e em curso, bem como na qualidade do fornecimento de energia aos consumidores do Distrito Federal.

A CEB Distribuição S.A. tem convivido com dois problemas estruturais: alto índice de endividamento, além de custos e despesas operacionais incompatíveis com as receitas correspondentes. Entretanto, para combater a grave crise financeira, a Administração, em 2015, concebeu um plano de trabalho que contempla três fases: ajustes pontuais; ajustes estruturais; e reorganização societária do Grupo CEB.

A primeira fase, os ajustes pontuais, foi executada, o que promoveu de imediato, a redução de custos e despesas com pessoal, serviços de terceiros e outras rubricas, em montantes expressivos.

A segunda fase, os ajustes estruturais, promoveu, com êxito, a redução da estrutura organizacional, por meio da diminuição de diretorias e otimização de atividades. Adicionalmente, a Administração continuou atuando para a redução dos elevados custos do plano assistencial, que culminou na decisão judicial favorável, conforme exposto na Nota Explicativa nº 1.2 e divulgado no Fato Relevante publicado em 29 de fevereiro de 2016.

A terceira fase, a reorganização societária do Grupo CEB, consiste na alienação de ativos de geração de energia elétrica e de distribuição de gás, já autorizada na forma da Lei nº 5.577/2015, conforme informado pelo Fato Relevante publicado em 23 de dezembro de 2015. A injeção de recursos decorrente da monetização dos mencionados ativos contribuirá, substancialmente, para a redução do endividamento a níveis compatíveis com as metas fixadas pela ANEEL, bem como nos adequados patamares de investimentos exigidos no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Distribuição nº 66/1999 - ANEEL.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As ações gerenciais apontadas propiciaram a recuperação das condições necessárias para garantir a continuidade operacional da Distribuidora, atendendo aos requisitos de qualidade do serviço e o atendimento dos seus clientes.

(ii) PLANO ASSISTENCIAL – FACEB – INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº 3.010/2002 E Nº 3.199/2003

Em 4 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia encaminhou o Parecer nº 295/2012/JUR-CEB D à então Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, solicitando pronunciamento da Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF, “no sentido de avaliar a constitucionalidade da Lei Distrital nº 3.010/2002, alterada pela Lei Distrital nº 3.199/2003”, que dispõem sobre a extensão de benefícios do plano assistencial a ex-empregados da Companhia Energética de Brasília – CEB. Por sua vez, em 13 de novembro de 2014, a PGDF aprovou o Parecer nº 002/2013, que concluiu pela inconstitucionalidade das referidas leis distritais.

Em 11 de dezembro de 2014, foi proposta a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2014002032055-2, em que o Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, conforme o Acórdão nº 893.733, disponibilizado na Edição nº 181/2015 do Diário da Justiça, de 25 de setembro de 2015, julgou procedente a referida ADI. Foi declarada com eficácia *erga omnes*, a inconstitucionalidade formal e material das Leis nº 3.010/2002 e nº 3.199/2003, restringindo seus efeitos após o prazo de dezoito meses, a contar da publicação do acórdão.

Em cumprimento ao disposto no artigo 129, *caput*, do Regimento Interno do Tribunal, o acórdão foi republicado na Edição nº 37/2016 do Diário de Justiça, de 26 de fevereiro de 2016, não cabendo mais recurso da decisão.

Como consequência deste ato, a CEB Distribuição S.A. elaborou o laudo atuarial considerando somente os efeitos até os dezoito meses a contar da publicação do acórdão. Desta forma, o valor provisionado relativo ao plano assistencial foi de R\$ 28.564, o que gerou uma reversão da provisão constituída no montante de R\$ 249.226, sendo R\$ 158.514 revertido contra a conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido e R\$ 90.712 revertido contra o resultado.

(iii) SOBRECONTRATAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, estabelece em seu art. 2º, que as distribuidoras de energia elétrica devem garantir o atendimento da totalidade de seu mercado, mediante contratação de energia elétrica e potência regulada, devidamente registradas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O mesmo decreto impõe penalidades aos agentes que não apresentarem contratos de energia para a totalidade do seu mercado, fazendo com que exista uma tendência à sobrecontratação. Em contrapartida, o modelo institui o repasse de parte da energia contratada acima da necessidade real das concessionárias de distribuição, no entanto, esse repasse está limitado ao montante correspondente a 5% do mercado consumidor do agente.

De acordo com as regras do setor, os contratos de energia, por exemplo, em ambiente regulado, são feitos com anos de antecedência. No caso de contratos celebrados há cinco anos (A-5), a previsão era de um cenário econômico crescente. Apenas em 2015, o PIB registrou queda de 3,8%, refletindo a forte retração do consumo no país. O período econômico desfavorável é uma das principais variáveis para o problema conjuntural de sobrecontratação vivido pelas distribuidoras de energia no país. Outro fator é a crescente migração dos clientes do mercado cativo para o ambiente de livre comercialização, motivados por baixos preços praticados no mercado livre de compra de energia, comparativamente às tarifas praticadas no mercado regulado.

O tema tem sido tratado pelas distribuidoras de energia por meio da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) no Ministério de Minas e Energia – MME e na ANEEL, na busca de soluções para mitigar os impactos no segmento de distribuição.

Dentre as principais ações mitigatórias, destacamos:



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- A Resolução Normativa ANEEL nº 706/2016 estabelece os critérios para cálculo dos montantes de exposição e sobrecontratação involuntária em atendimento aos artigos 2º, 3º e 18 do Decreto nº 5.163. A resolução possibilita que o montante de cotas de garantia física da CEB D recebidas a maior que o montante de reposição, entre 2013 e 2016, sejam reconhecidas no IRT 2015/2016 como exposições involuntárias. Estas sobras vêm ocorrendo desde 2013, à exceção de 2014, sendo o montante mais expressivo referente à alocação para o ano de 2016, quando houve uma alocação de Cotas 26% maior que o montante de reposição declarado. O valor repassado pela ANEEL, superior ao declarado, é de 25,129 MWmed.
- A Resolução Normativa ANEEL nº 711/2016 estabelece critérios e condições para celebração de acordos bilaterais entre partes signatárias de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs. Tal resolução permite realizar tratativas com os geradores, em especial aqueles em atraso, a fim de identificar o interesse em reavaliar o suprimento de seus contratos. Os contratos considerados para negociação bilateral em curso da CEB D tem como maioria dos empreendimentos interessados usinas eólicas e somam 5,8 MWmed.
- A Resolução Normativa ANEEL nº 727/2016 aprimorou o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD de energia elétrica e de potência de contratos de comercialização de energia elétrica provenientes de novos empreendimentos de geração, previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 693/2015, associando as cessões de montantes de CCEARs entre distribuidoras com a possibilidade de redução de montantes contratados com geradores. A CEB D fez sua declaração de sobras no montante de 203 MWmed, que dependerá de declarações de redução dos contratos por parte dos empreendimentos de geração.

(iv) REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA - RTP 2016

Em 18 de outubro de 2016, a diretoria colegiada da ANEEL homologou o resultado da AP nº49/2016 que tratou da 4ª Revisão Tarifária Periódica da CEB D, cujo efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de 3,42%, sendo 1,04% para os consumidores em alta tensão e 4,62% para os consumidores de baixa tensão. Foram ainda fixados os novos limites de indicadores de continuidade Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC para o período de 2017 a 2021, bem como fixado o novo referencial regulatório para perdas de energia para os reajustes de 2017 a 2020.

Na determinação da nova Receita Requerida da Concessionária, são levados em consideração os custos referentes à Parcela A e à Parcela B, bem como custos referentes à Outras Receitas, Componentes Financeiros e Fator X. No processo tarifário em questão, foi incorporada a parcela remanescente do diferimento tarifário referente ao IRT 2014.

As informações do percentual homologado encontram-se na Resolução Homologatória nº 2.161, de 18 de outubro de 2016, já com o detalhamento dos cálculos está na Nota Técnica nº 340/2016-SGT/ANEEL de 11 de outubro de 2016.

2.3.1.2. CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.

Relata-se a seguir fato julgado relevante relativo à Corumbá Concessões S.A.:

(i) AÇÃO DE COBRANÇA PROPOSTA PELA SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. – SANEAGO

A empresa Saneamento de Goiás S.A. – Saneago, ajuizou ação de cobrança contra a Corumbá Concessões S.A., embasada no argumento de que ocorreu a inundação de uma obra de captação de água bruta, de sua propriedade, no rio Corumbá, em decorrência da formação do lago para produção de energia hidrelétrica, de responsabilidade da Corumbá Concessões S.A., restando à autora da ação judicial, o prejuízo de R\$ 24.021, orçado em outubro de 2006.

A Corumbá Concessões S.A., por sua vez, alegou que tinha conhecimento da interferência das obras que seriam feitas sobre a construção da estação de captação de água já iniciada pela Saneago, e que desde a assinatura do Termo de



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Compromisso, cumpriu com as obrigações referentes à primeira fase da obra, tendo sido impedida de dar prosseguimento à segunda etapa da construção, por fatos alheios à sua vontade, por parte da resistência apresentada pelos proprietários dos imóveis situados nas proximidades da área e a fiscalização do Ibama/DF.

Posteriormente, houve a emissão da sentença que julgou parcialmente procedente o pedido da Corumbá Concessões S.A., pela não aplicação da multa por atraso na execução da obra, eis que as resistências criadas constituíram situações não gerenciáveis pela Empresa, que a impediram de cumprir as obrigações, excluindo, portanto, sua responsabilidade pela mora, não sendo cabível a condenação ao pagamento da multa contratual. Entretanto, o juiz entendeu ser necessário, em procedimento de liquidação de sentença, se apurar a quantia devida, o que requer o auxílio de um perito para estimar o valor da obra inundada.

Após recursos de ambas as partes no curso da ação de cobrança, em 12 de maio de 2015, foi proposta pela Saneago ação de liquidação provisória de sentença, na qual deverá ser apurado o valor real dos prejuízos materiais sofridos pela Empresa. A perícia de liquidação ainda não foi iniciada, e o valor original da causa foi atualizado para R\$ 41.969. A Administração da coligada considerou como provável a probabilidade de perda da ação, sendo esta reconhecida nas demonstrações intermediárias da Corumbá Concessões S.A., de 31 de março de 2016.

2.3.1.3. SEGMENTO DE GERAÇÃO

(i) ACORDO GSF - REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO – IMPACTO SOBRE INVESTIDAS

Desde 2014, os geradores hidrelétricos vêm sofrendo elevadas exposições financeiras no Mercado de Curto Prazo – MCP de energia elétrica, em função da crise hídrica no país. Diante da incapacidade financeira das empresas de geração hidrelétrica, frente a tais exposições negativas, grande parte das geradoras recorreu à via judicial, de forma a se protegerem dos efeitos financeiros do déficit hídrico, o que agravou a crise do setor.

Como alternativa, em 08 de dezembro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.203, que estabeleceu os pilares para a repactuação do risco hidrológico pelos agentes de geração hidrelétrica, bem como a Resolução Normativa da ANEEL nº 684, em 11 de dezembro de 2015, que definiu os critérios e as demais condições para a repactuação.

Os termos do acordo de repactuação para os geradores hidrelétricos se baseiam na transferência do risco hidrológico aos consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco. Como condição à repactuação, tornou-se necessária a desistência, por parte dos geradores, das ações judiciais que questionaram os efeitos financeiros do déficit de geração.

Assim, em janeiro de 2016, as empresas CEB Geração S.A., CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A., decidiram pela adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico, conforme deliberação dos seus respectivos Conselhos de Administração, considerando os seguintes produtos e margens de risco:

- CEB Geração S.A. – Produto SP 100 – margem de risco zero (0%);
- CEB Lajeado S.A. – Produto SP 92 – margem de risco de 8%; e
- CEB Participações S.A. – Produto SP 91 – margem de risco de 9%.

A repactuação trouxe a possibilidade de compensação do risco hidrológico contabilizado em 2015, por meio da postergação do pagamento do prêmio de risco em períodos que variam, segundo as condições e características dos contratos de venda de energia firmados por cada uma das empresas. Para a CEB Geração S.A., como o prazo para a compensação do risco de 2015 não foi suficiente para a recuperação do valor efetivamente liquidado durante o ano de 2015, houve extensão do prazo de vigência do Contrato de Concessão para 29 de abril de 2020.

Após as adesões da CEB Geração S.A., CEB Participações S.A. e CEB Lajeado S.A. à repactuação do risco hidrológico ocorrida em 2015, ocasião em que houve as desistências das ações judiciais que questionavam os efeitos financeiros do déficit de geração, alguns agentes não procederam da mesma forma. Essa opção manteve suas judicializações que



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

os isentavam do rateio do pagamento de valores discutidos em outras liminares, situação que provocou nova exposição daqueles que tinham optado pela mencionada repactuação.

Em decorrência dessa nova exposição, com o objetivo de proteger as empresas geradoras controladas pela CEB contra os efeitos das decisões judiciais mantidas por aqueles que não aderiram à repactuação, foi impetrada uma ação judicial que resultou no deferimento “Do Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela”, em 31 de março de 2016. Tal ação determinou que não fosse transferido para as autoras o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais de que não fizessem parte, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos valores oriundos do déficit hídrico (Fator GSF) sobre geradores hidrelétricos.

2.4. CONCESSÕES

2.4.1. INFORMAÇÕES SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 9 de dezembro de 2015, a CEB D e o Poder Concedente, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, celebraram o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL, publicado na edição de 24 de dezembro de 2015 do Diário Oficial da União, que formalizou a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por mais 30 anos, vigente até 7 de julho de 2045.

Por esse instrumento, as datas de reposicionamento tarifário ordinário da CEB D serão alteradas de 26 de agosto para 22 de outubro, em função do Reajuste Tarifário Anual ou a cada 5 anos, pela Revisão Tarifária Ordinária, sendo que a primeira ocorrerá em 22 de outubro de 2016.

Em essência, além dos aspectos formais, o contrato de concessão estabelece critérios objetivos e metas regulatórias, pelas quais o concessionário será avaliado, que atuam como condicionantes para manutenção da titularidade da concessão.

2.4.2. INFORMAÇÕES SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

(i) UTE BRASÍLIA

A Usina Termelétrica de Brasília – UTE Brasília teve sua outorga prorrogada pela Portaria do Ministério de Minas e Energia – MME nº 255 de 12 de julho de 1999, com termo final da concessão em 7 de julho 2015.

Em 29 de junho de 2012, a CEB Geração S.A. apresentou à ANEEL requerimento de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Termelétrica, conforme Subcláusula Primeira e Segunda da Cláusula Segunda do Contrato de Concessão nº 65/1999-ANEEL. A Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração da ANEEL, no dia 28 de agosto de 2012, negou o pedido de prorrogação, alegando não haver nos termos da legislação vigente, possibilidade de uma segunda prorrogação.

Em 19 de novembro de 2014, mediante o Despacho nº 4.511, a Diretoria da ANEEL autorizou o início do processo de caducidade da concessão da UTE Brasília, dado que a premissa básica para a condição de operação comercial encontrava-se há tempos comprometida, estando a operação comercial suspensa desde dezembro de 2012.

Em 3 de fevereiro de 2015, a CEB Geração S.A. recebeu o Termo de Intimação – TI nº 1001/2015-SFG/ANEEL, acerca da abertura da penalidade de caducidade da concessão para exploração da UTE Brasília, conforme Deliberação da Diretoria da ANEEL, conforme Despacho nº 4.511/2014.

Em 27 de fevereiro de 2015, no prazo regulamentar, a CEB Geração S.A. se manifestou sobre o objeto do TI nº 1001/2015 e, pelas motivações apresentadas, solicitou à ANEEL que fosse afastada a intenção de aplicação de penalidade, de modo que a concessão não fosse extinta por caducidade, mas por advento do término contratual.

**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por meio do Despacho nº 1.176, de 22 de abril de 2015, a ANEEL decidiu encaminhar os autos do Processo nº 48500.003992/2008-88 ao Ministério de Minas e Energia – MME, com a recomendação de declarar a caducidade da concessão da UTE Brasília.

Dessa forma, a CEB Geração S.A. iniciou as medidas cabíveis relativas aos ativos remanescentes da concessão que, potencialmente, poderão gerar receitas não operacionais, quando das destinações das instalações e equipamentos da usina, assim como dos imóveis.

(ii) UHE PARANOÁ

A Usina Hidrelétrica do Paranoá – UHE Paranoá foi outorgada pelo Decreto nº 65.664, de 29 de outubro de 1969, e prorrogada pela Portaria MME nº 255 de 1999, com encerramento da concessão em 29 de outubro de 2019.

Em 24 de outubro de 2014, a CEB Geração S.A. apresentou à ANEEL requerimento de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Hidroelétrica do Paranoá, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e Despacho ANEEL nº 3.065/2012.

Em função da Nota Técnica nº 562/2014 – ANEEL, a CEB Geração S.A. manifestou-se contrária à prorrogação da concessão de geração de energia elétrica da UHE Paranoá, apesar de requerida em 24 de outubro de 2014, por considerar empresarialmente inviável a condição apresentada pela ANEEL. A Diretoria da Companhia Energética de Brasília – CEB, em 22 de maio de 2015, acatou o encaminhamento da não antecipação da prorrogação do prazo da concessão da UHE Paranoá e o Conselho de Administração referendou essa decisão. Em seguida, a 88ª Assembleia Geral de Acionistas ratificou as decisões daqueles colegiados.

Finalmente, a ANEEL, através do Despacho nº 2.251/2015, determinou que a Superintendência de Concessão e Autorização de Geração – SCG tomasse as providências cabíveis junto ao Ministério de Minas e Energia para a inclusão da referida usina no rol das geradoras a serem oportunamente licitadas.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. REAPRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

3.1 ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS (CVA)

Por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.937, de 25 de agosto de 2015, a ANEEL homologou os valores dos componentes tarifários financeiros do IRT 2015 contabilizados pela CEB Distribuição S.A. para serem amortizados à medida da realização do faturamento mensal.

Em abril de 2016, na apuração da amortização da CVA, verificou-se a ocorrência de valores subestimados em relação ao total dos componentes financeiros no período pós IRT de 2015, no valor de R\$ 31.660.

Assim, a CEB D realizou o registro desta transação de forma retrospectiva, conforme preceitua o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

O efeito deste reconhecimento no patrimônio líquido da Distribuidora foi de R\$ 16.204, decorrente do registro no passivo regulatório, líquido dos tributos.

Ativo	Controladora			Consolidado		
	Divulgado em 31/12/2015	Ajustes	Reapresentação 31/12/2015	Divulgado em 31/12/2015	Ajustes	Reapresentação 31/12/2015
		Equivalência Patrimonial Parcela "A" e Outros Itens Financeiros			Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	
Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.083		10.083	78.043		78.043
Contas a Receber	10.008		10.008	548.842		548.842
Depósitos e Bloqueios Judiciais				-		-
Estoques	468		468	7.178		7.178
Tributos e Contribuições Compensáveis	2.428		2.428	23.015		23.015
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros				554.918	31.243	586.161
Demais Créditos	9.172		9.172	68.256		68.256
Ativos não Circulante Mantido para Venda				275.969		275.969
Total do Circulante	32.159		32.159	1.556.221	31.243	1.587.464
Não Circulante						
Aplicações Financeiras				6.434		6.434
Contas a Receber				19.636		19.636
Empréstimos e Financiamentos						
Depósitos e Bloqueios Judiciais	824		824	3.095		3.095
Tributos e Contribuições Compensáveis	8.028		8.028	22.011		22.011
Ativo Financeiro Indenizável				27.651		27.651
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros				127.710		127.710
Demais Créditos	285		285	22.932		22.932
	9.137		9.137	229.469		229.469
Investimentos	658.143	(16.204)	641.939	353.750		353.750
Imobilizado	15.491		15.491	109.153		109.153
Intangível	62		62	1.096.135		1.096.135
Total do Não Circulante	682.833	(16.204)	666.629	1.788.507		1.788.507
Total do Ativo	714.992	(16.204)	698.788	3.344.728	31.243	3.375.971

Passivo	Controladora	Consolidado
---------	--------------	-------------



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Divulgado em 31/12/2015	Ajustes	Reapresentação 31/12/2015	Divulgado em 31/12/2015	Ajustes	Reapresentação 31/12/2015
		Equivalência Patrimonial Parcela "A" e Outros Itens Financeiros			Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	
Circulante						
Fornecedores	2.213		2.213	322.035		322.035
Obrigações Tributárias	1.250		1.250	264.796		264.796
Contribuição de Iluminação Pública				135.107		135.107
Encargos Regulatórios				118.605		118.605
Debêntures				16.568		16.568
Empréstimos e Financiamentos				55.325		55.325
Obrigações Societárias	18.692		18.692	30.871		30.871
Obrigações Sociais e Trabalhistas	153		153	40.518	(1.788)	38.730
Valores a Pagar de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros				279.627	62.903	342.530
Benefícios Pós Emprego				69.465		69.465
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios				9.168		9.168
Demais Obrigações	423		423	33.421		33.421
Total do Circulante	22.731		22.731	1.375.506	61.115	1.436.621
Não Circulante						
Fornecedores				25.960		25.960
Obrigações Tributárias	97.269		97.269	273.494	(13.668)	259.826
Contribuição de Iluminação Pública				110.088		110.088
Debêntures				112.571		112.571
Empréstimos e Financiamentos				223.619		223.619
Benefícios Pós Emprego				21.626		21.626
Encargos Regulatórios				182.269		182.269
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	8.356		8.356	69.399		69.399
Obrigações Vinculadas a Concessão				117.546		117.546
Demais Obrigações				11.829		11.829
Total do Não Circulante	105.625		105.625	1.148.401	(13.668)	1.134.733
Patrimônio Líquido						
Capital Social	566.025		566.025	566.025		566.025
Ajuste de Avaliação Patrimonial	206.815		206.815	206.815		206.815
Prejuízos Acumulados	(186.204)	(16.204)	(202.408)	(186.204)	(16.204)	(202.408)
Atribuível as acionista controlador	586.636	(16.204)	570.432	586.636	(16.204)	570.432
Atribuível aos acionistas não controladores				234.185		234.185
Total do Patrimônio Líquido	586.636	(16.204)	570.432	820.821	(16.204)	804.617
Total do Passivo	714.992	(16.204)	698.788	3.344.728	31.243	3.375.971



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 RECLASSIFICAÇÃO NA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA FINS DE COMPARABILIDADE

Resultado	Consolidado		
	Divulgado em 30/09/2015	Correção de Classificação Para o período de nove meses	Reapresentação 30/09/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (a)	1.788.699	(1.975)	1.786.724
Custo com Energia Elétrica	(1.265.667)		(1.265.667)
Custo de Operação	(237.167)	1.975	(235.192)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(15.108)		(15.108)
Lucro Bruto	270.757		270.757
Receitas/(Despesas) Operacionais	(227.678)		(227.678)
Despesas com vendas (b)	(107.268)	4.061	(103.207)
Despesas Gerais e Administrativas	(113.730)		(113.730)
Resultado de equivalência patrimonial	4.471		4.471
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(11.151)	(4.061)	(15.212)
Lucro / (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	43.079		43.079
Receitas (Despesas) Financeiras	(91.471)		(91.471)
Receitas Financeiras	89.838		89.838
Despesas Financeiras	(181.309)		(181.309)
Lucro / (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos	(48.392)		(48.392)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(99.378)		(99.378)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(5.958)		(5.958)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(93.420)		(93.420)
Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	(147.770)		(147.770)
Atribuído aos Acionistas Controladores	(140.680)		(140.680)
Atribuído aos Acionistas não Controladores	7.090		7.090

Resultado	Consolidado		
	Divulgado em 30/09/2015	Correção de Classificação Para o período de três meses	Reapresentação 30/09/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (a)	621.778	(628)	621.150
Custo com Energia Elétrica	(464.754)		(464.754)
Custo de Operação	(83.906)	628	(83.278)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(4.217)		(4.217)
Lucro Bruto	68.901		68.901
Receitas/(Despesas) Operacionais	(83.628)		(83.628)
Despesas com vendas (b)	(43.783)	2.262	(41.521)
Despesas Gerais e Administrativas	(36.910)		(36.910)
Resultado de equivalência patrimonial	4.866		4.866
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(7.801)	(2.262)	(10.063)
Lucro / (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	(14.727)		(14.727)
Receitas (Despesas) Financeiras	(42.872)		(42.872)
Receitas Financeiras	55.346		55.346
Despesas Financeiras	(98.218)		(98.218)
Lucro / (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos	(57.599)		(57.599)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(53.638)		(53.638)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(2.030)		(2.030)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(51.608)		(51.608)
Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	(111.237)		(111.237)
Atribuído aos Acionistas Controladores	(115.489)		(115.489)
Atribuído aos Acionistas não Controladores	4.252		4.252

As reclassificações ocorridas na demonstração de resultados são referentes a:

(a) Taxa de Fiscalização ANEEL: com a mudança no Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico a Taxa de Fiscalização antes era classificada como Custo do Serviço de Energia passou a ser registrada no grupo de Deduções da Receita;



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) A despesa com compensação a consumidores e a receita com recuperação de perdas, que em 2015 era classificada como Outras Despesas/Receitas Operacionais passou a ser classificada como Despesas com Vendas por ter relação direta com o fornecimento de energia.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

4.1 ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela seguinte demonstra, de forma resumida, os instrumentos financeiros distribuídos em cada categoria e registrados em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os quais não apontaram variação entre o seus valores justo e contábil:

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	30/09/2016			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por Meio do Resultado						
Aplicações financeiras	Valor Justo	Nível 2	28.838	28.838	57.577	57.577
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e bancos	Valor Justo	Nível 1	5	5	18.933	18.933
Contas a receber	Custo Amortizado		8.433	8.433	563.198	563.198
Valores a receber Parcela A e outros itens financeiros	Custo Amortizado				427.065	427.065
Mantidos até o Vencimento						
Aplicações financeiras	Custo Amortizado				6.619	6.619
Títulos de crédito a receber	Custo Amortizado				1.134	1.134
Disponível para Venda						
Ativo financeiro indenizável	Valor Justo	Nível 3			35.886	35.886
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		3.420	3.420	233.512	233.512
Debêntures	Custo Amortizado				186.977	186.977
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado				233.022	233.022
Obrigações societárias	Custo Amortizado		18.692	18.692	27.780	27.780
Valores a pagar Parcela A e outros itens financeiros	Custo Amortizado				293.391	293.391
Encargos regulatórios	Custo Amortizado				389.339	389.339
Obrigações vinculadas a concessão	Custo Amortizado				127.935	127.935

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2015			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por Meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	10.080	10.080	43.606	43.606
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	3	3	34.437	34.437
Contas a Receber	Custo Amortizado		10.008	10.008	568.478	568.478
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				713.871	713.871
Mantidos até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado				6.434	6.434
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.137	1.137
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			27.651	27.651
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		2.213	2.213	347.995	347.995
Debêntures	Custo Amortizado				129.139	129.139
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				278.944	278.944
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		18.692	18.692	30.871	30.871
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				342.530	342.530
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				300.874	300.874
Obrigações Especiais	Custo Amortizado				117.546	117.546



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.1.1 FATORES DE RISCO

A Administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, mediante seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

4.1.2 RISCO DE CRÉDITO

A CEB e suas controladas qualificam o risco de crédito pela incerteza no recebimento de valores faturados a seus clientes, decorrentes das vendas de energia elétrica e da prestação de serviços correlatos.

O principal mitigador do risco é a regulamentação setorial, uma vez que parcela da inadimplência vinculada ao contas a receber da Companhia estão incorporados na Parcela "A" das tarifas, que são capturados nos processos de reajustes e de revisões tarifárias subsequentes.

A Companhia, em especial a CEB D, também possui linha de parcelamento a devedores em todas as suas agências e postos de atendimento, e programas de incentivo a negociação de débitos de longa data, com redução escalonada de encargos por atraso, objetivando manter a liquidez de seus faturamentos.

Em 30 de setembro de 2016, as Perdas Estimadas Para Créditos de Liquidação Duvidosa consolidada atingiu o montante de R\$ 149.049 (R\$ 159.622 em 31/12/2015). Desse montante, 70,1% (79,9% em 31/12/2015) representam dívidas relacionadas aos órgãos públicos (Nota Explicativa nº 6.3).

Além dos aspectos apresentados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela regulação setorial emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante às concessionárias riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*.

Reitera-se, finalmente, que a Distribuidora utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo Órgão Regulador, tais como: corte por inadimplência; negativação de débitos; e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

4.1.3 RISCO DE LIQUIDEZ



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo, em especial a CEB D, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas controladas e coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por intermédio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, pela venda de ativos não operacionais; desinvestimentos de ativos em operação; na rentabilidade futura dos investimentos em andamento; e na capacidade de obter novas linhas de financiamentos. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

4.1.4 RISCO DE TAXA DE JUROS

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem, relevantemente, os créditos a receber na data base do balanço, debêntures e os empréstimos passivos.

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TJLP, IGPM e UMBNDES. A CEB estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2017, as taxas CDI e IGP-M atinjam os percentuais de 10,15% e 5,07%, respectivamente, de acordo com o Relatório Focus do Banco Central do Brasil, de 30 de setembro de 2016 (média – Top 5). No caso da TJLP, atribuímos a taxa de 7,5% a.a. para o segundo trimestre de 2016, conforme a Resolução nº 4.498 do BACEN, de 30 de junho de 2015. A Administração assumiu a premissa de que esta taxa não sofrerá alterações que possam impactar materialmente as projeções para a data de 30 de setembro de 2017. Também se espera que a taxa de 4,094% da UMBNDES se mantenha estável. Fica registrado que os instrumentos financeiros contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo mostra a possibilidade de perda ou ganho que poderá ser reconhecida no resultado Consolidado do exercício seguinte:

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Exposição em 30/09/2016	Risco	Efeito	Cenários Projetados - 12 meses		
			Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
297.553	Baixa do CDI		10,15%	7,61%	5,08%
		Balanço	327.755	320.197	312.669
		Resultado	30.202	22.644	15.116
43.656	Alta do TJLP		7,50%	9,38%	11,25%
		Balanço	46.930	47.751	48.567
		Resultado	3.274	4.095	4.911
970	Baixa do IGPM		5,07%	3,80%	2,54%
		Balanço	1.019	1.007	995
		Resultado	49	37	25
14.337	Alta do UMBNDES		4,09%	5,12%	6,14%
		Balanço	14.923	15.071	15.217
		Resultado	586	734	880
Total Balanço			390.627	384.026	377.448
Total Resultado			34.111	27.510	20.932

4.1.5 RISCO CAMBIAL

Relativamente à aquisição de energia para revenda, a CEB D está exposta à oscilação cambial em cerca de 19% do custo total das aquisições, em função da energia oriunda de Itaipu Binacional ter cotação em dólares.

A exposição é minimizada pela Compensação Financeira de Variação dos Itens da Parcela A, mecanismo setorial que compensa variações financeiras ocorridas durante o exercício tarifário que, no caso da CEB D, situa-se entre os meses de outubro e setembro. Nesse sentido, com a garantia de reposição de eventuais perdas financeiras relacionadas ao evento citado por força das normas do Órgão Regulador, a concessionária não contrata mecanismos de proteção (*hedge*) para as variações cambiais. Observa-se que não há identificação de outros itens sujeitos à proteção cambial nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em 30 de setembro de 2016, a Administração estimou em um cenário provável que o valor de um dólar americano em 30 de setembro de 2017 será de R\$ 3,43 (cenário de um ano). A metodologia utilizada para o cenário provável foi considerar a melhor estimativa para as taxas de câmbio em 30 de setembro de 2017, com base em fontes externas de taxa de câmbio futuro (Relatório Focus, de 30 de setembro de 2016 (média - Top 5)). Por se tratar de uma análise de sensibilidade, no impacto no resultado para os próximos 12 meses foi considerado o saldo da dívida em 30 de setembro de 2016. Ressalta-se que o comportamento do saldo da dívida respeitará seus respectivos contratos. Assim, foi confeccionada a análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de eventual elevação no câmbio, conforme mostrado a seguir:

Exposição em 30/09/2016	Risco	Efeito	Cenários Projetados - 12 meses		
			Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
3,25	Alta do Dólar		3,43	4,28	5,10
82.114		Balanço	86.662	108.138	128.856
		Resultado	4.548	26.024	46.742

É importante salientar que a Companhia, suas controladas e coligadas, não apresentam riscos nas taxas de juros por contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moedas estrangeiras.

4.1.6 RISCO OPERACIONAL



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem em todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é gerenciar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Organização e de suas controladas e coligadas; (ii) buscar eficácia de custos.

Relativamente à gestão de risco, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração: (i) a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A.; e (ii) as consequências da crise hídrica que repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A..

- Quanto à CEB D, a diretriz da Administração é oferecer um serviço de qualidade à população do Distrito Federal e garantir rentabilidade compatível com o mercado a seus acionistas.

A CEB Distribuição S.A. tem convivido com dois problemas estruturais: endividamento oneroso e custos e despesas operacionais incompatíveis com as receitas correspondentes.

Para combater a grave crise financeira da Distribuidora, a Administração, em janeiro de 2015, concebeu um plano de trabalho que envolve três fases: ajustes pontuais; ajustes estruturais; e reorganização societária do Grupo CEB.

A primeira foi concluída. As segunda e terceira fases tiveram seu início com a publicação de Fato Relevante, em 28 de setembro de 2015, do Plano de Transformação, que abarca o conjunto de ações que visa melhorar a eficiência operacional e financeira da Companhia. Tal iniciativa tem o intuito de reverter o histórico recente de resultados negativos e chamadas de aporte de capital por parte dos acionistas. A segunda fase, reorganização societária do Grupo CEB, consiste, principalmente, nas alienações de ativos de geração de energia elétrica e de distribuição de gás natural (vide nota 1.3.1). Neste sentido, foi aprovada pelo Poder Público do Distrito Federal a Lei nº 5.577, de 21 de dezembro de 2015. Conforme previsto pela referida Lei, os recursos oriundos da venda dos ativos serão destinados a investimentos, pagamentos de tributos e amortizações de dívidas da Distribuidora. A terceira fase, constitui-se, essencialmente, de reduções estruturais de custos e despesas operacionais.

- Com relação aos encargos exigidos das geradoras do Grupo, decorrentes da crise hídrica, a Administração decidiu pela mitigação dos riscos oriundos do déficit hídrico, ao aderir à Repactuação do Risco Hidrológico, nos termos propostos pela Lei nº 13.203/2015. (vide nota 1.3.2)

A repactuação para os geradores hidrelétricos está baseada na transferência do risco hidrológico aos consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco, atrelada à condição de desistência, por parte das geradoras, das ações judiciais usadas por estas para se protegerem dos impactos financeiros ocasionados pela exposição ao risco hidrológico.

Grandes empreendedores do país aceitaram as condições propostas pela Lei, principalmente aqueles com contratos no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. No contexto do Grupo, as decisões quanto as adesões às repactuações dos riscos ocorreram de forma individualizada por cada empresa, de acordo com a estratégia comercial e especificidades de cada uma delas. A CEB Lajeado S.A. assumiu uma margem de risco de 8%, repassando aos consumidores quaisquer déficits de energia em valores superiores a este, por todo o período de vigência do seu contrato de venda de energia firmado com a CEB Distribuição S.A.. A CEB Participações S.A. optou pela margem de 9%, enquanto a CEB Geração S.A. transferiu todo o risco ao consumidor (repactuação



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

com margem zero).

4.2 GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode propor, nos casos em que precisar da aprovação dos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos; devolver capital aos acionistas; emitir novas ações; ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curtos e longos prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

Alavancagem Financeira	30/09/2016	31/12/2015
Total dos Empréstimos e Financiamento/Debêntures (Notas Explicativas nºs 21 e 22)	419.999	408.083
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 5)	(76.510)	(78.043)
Dívida líquida	343.489	330.040
Total do Patrimônio Líquido	578.808	570.432
Total do Capital	922.297	900.472
Índice de Alavancagem Financeira - %	37,24	36,65

5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos Conta Movimento	5	3	18.933	34.437
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	28.838	10.080	57.577	43.606
Total	28.843	10.083	76.510	78.043

As aplicações financeiras classificadas no Ativo Circulante correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes (remuneração de 95% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI).



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. CONTAS A RECEBER

6.1 COMPOSIÇÃO DO CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			605.352	639.994
Títulos de Créditos a Receber			40.809	29.727
Serviços Prestados a Terceiros	58.109	52.469	66.086	58.379
Total a Receber Bruto	58.109	52.469	712.247	728.100
Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa	(49.675)	(42.461)	(149.049)	(159.622)
Total a Receber Líquido	8.434	10.008	563.198	568.478
Circulante	8.434	10.008	543.543	548.842
Não Circulante			19.655	19.636

6.2 VALORES A RECEBER POR IDADE DE VENCIMENTO (CONSOLIDADO)

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 30/09/2016	Total 31/12/2015
Classes de Consumidor					
Residencial	72.470	75.289	24.504	172.263	168.768
Poder Público	22.514	17.880	123.819	164.214	103.886
Comércio, Serviços e Outros	53.339	26.744	19.463	99.547	116.168
Iluminação Pública	11.311	10.854	24.483	46.648	51.382
Serviço Público	13.227	147	9.113	22.487	22.553
Industrial	4.090	2.400	3.545	10.036	9.168
Rural	2.819	4.499	1.611	8.928	8.294
Subtotal Consumidores	179.771	137.813	206.539	524.122	480.219
Fornecimento Não Faturado	127.162			127.162	159.511
Compartilhamento de infraestrutura					215
Contribuição do consumidor	79	140	4.685	4.904	
Energia Elétrica Curto Prazo – CCEE	16.964			16.964	13.255
Serviços Prestados a Terceiros (Serviço de IP)	98	1.498	6.382	7.978	52.254
Concessionárias e Permissionárias	10.690	-	33	10.723	14.011
Parcelamentos a Faturar CP e LP	24.194			24.194	11.588
Serviço Taxado	128	396	763	1.287	1.114
Outros	3.922			3.922	1.517
Arrecadação a Classificar	(9.010)			(9.010)	(5.584)
Total	353.999	139.846	218.402	712.247	728.100
Estimativa de Perdas com Créditos Liquidação Duvidosa	(506)		(148.543)	(149.049)	(159.622)
Contas a Receber Líquido	408.318	136.056	167.873	563.198	568.478

6.3 ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Segue resumo das faixas de atrasos sujeitas às provisões, conforme critério de constituição determinado pela Administração da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Poder Público – Vencidos há mais de 360 dias	49.675	42.461	72.749	99.949
Iluminação Pública – Vencidos há mais de 360 dias			24.640	24.259
Residencial – Vencidos há mais de 90 dias			24.773	16.653
Comercial – Vencidos há mais de 180 dias			17.348	14.281
Serviço Público – Vencidos há mais de 360 dias			8.246	3.311
Industrial – Vencidos há mais de 360 dias			1.008	904
Rural – Vencidos há mais de 360 dias			285	265
Total	49.675	42.461	149.049	159.622

A Lei nº 5.434/2014 autorizou o Poder Executivo a transferir à CEB, como dação em pagamento de dívidas da execução de obras do sistema de iluminação pública do Distrito Federal, os terrenos localizados na Quadra 1 do Setor de Indústria e Abastecimento de Brasília e na Quadra QI 16 do Setor de Indústria de Ceilândia.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O § 1º do art. 3º da referida Lei reserva os terrenos, exclusivamente, para essa finalidade. Esses terrenos serão objeto de avaliação para que a operação seja finalizada. A Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento adotará as medidas administrativas necessárias às transferências dos imóveis para a CEB de que trata aquele diploma legal. Até 30 de setembro de 2016 não houve alteração da situação relatada.

A movimentação da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	42.461	159.622
Adições	8.377	58.921
Baixa Para Perda - Lei 9.430/96		(39.181)
Reversões	(1.163)	(30.313)
Saldo em 30 de setembro de 2016	49.675	149.049

6.4 CRÉDITOS COM O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (CONSOLIDADO)

Em 30 de setembro de 2016, o valor das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal totalizou R\$ 99.216, dos quais, R\$ 49.890 no âmbito da CEB D referentes a consumo de energia, e R\$ 49.326 relativos a serviços de iluminação pública prestados pela CEB.

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, cujo valor total corresponde a R\$ 115.666, em 30 de setembro de 2016 (R\$ 84.281 em 2015), compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública.

Apresentamos a composição dos créditos com o acionista controlador por tempo de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Saldos Vincendos	4.001	215	34.982	36.384
Vencidos até 90 dias	3.224	484	22.840	25.189
Vencidos de 91 a 360 dias	976	8.228	26.782	21.627
Vencidos há mais de 360 dias	49.326	43.542	130.278	113.817
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(49.675)	(42.461)	(99.216)	(112.736)
Total	7.852	10.008	115.666	84.281

7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (a)	6.307	7.113	35.243	14.066
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL (a)	942	934	14.925	5.863
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		1.063	195	1.329
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações - ICMS (b)			12.141	13.422
Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social - COFINS			278	5.162
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	363	410	2.387	3.003
Programa de Integração Social - PIS	387	387	450	1.507
Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira - CPMF	544	544	544	544
Crédito do FINSOCIAL (c)			31.676	
Outros		5		130
Total	8.543	10.456	97.839	45.026
Circulante	1.594	2.428	81.400	23.015
Não Circulante	6.949	8.028	16.439	22.011

a) Os valores relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período, aos saldos negativos de exercícios anteriores, e às retenções na fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser pelo Lucro Real Anual.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB D são passíveis de serem compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

c) A Companhia Energética de Brasília – CEB recolheu a contribuição destinada ao Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL, instituído pelo Decreto-lei nº 1940/82 e, após o reconhecimento de inconstitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal – STF, a Companhia propôs ação judicial, processo 2005.34.00.016932-2 e obteve decisão favorável para a utilização do crédito fiscal na compensação de outros tributos próprios administrados pela Receita Federal do Brasil. A CEB também solicitou, judicialmente, a mudança do pólo ativo da ação para que os seus efeitos beneficiassem a CEB D, tendo em vista a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006. Após o deferimento do pedido de mudança de pólo, a CEB D solicitou à RFB, a habilitação do crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado e em julho de 2016 o pedido foi deferido.

7.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS NÃO RECONHECIDOS

A Companhia e sua controlada CEB D não registram os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social (crédito tributário), decorrentes de diferenças temporárias, até que os planos de recuperação econômico-financeiros resultem na apuração de lucro tributável sustentável.

Segue o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos em 30 de setembro de 2016:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Diferenças Temporárias	26.470	17.194	99.323	99.596
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	31.675	30.665	159.174	145.253
Total	50.293	47.859	226.630	244.849



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE VALORES DE ITENS DA PARCELA "A" E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS

Ativos Financeiros Setoriais	Movimentação - 2016						2015 - Reapresentado		
	31/12/2015 Reapresentado	Constituição	Amortização	Atualização	Saldo em 30/09/2016	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
CVA Ativa	557.999	(5.121)	(360.066)	46.042	238.854	238.854	557.999		557.999
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	301.902	87.941	(234.630)	47.502	202.715	202.715	301.902		301.902
Proinfa	1.459	10.289	(80)	1.381	13.049	13.049	1.459		1.459
Transporte Rede Básica	7.865	1.788	(7.284)	772	3.141	3.141	7.865		7.865
Transporte de Energia - Itaipu	1.429	511	(939)	107	1.108	1.108	1.429		1.429
ESS	26.883	(22.271)	-	(4.612)	-	-	26.883		26.883
CDE	218.461	(83.379)	(117.133)	892	18.841	18.841	218.461		218.461
Demais Ativos Financeiros Setoriais	155.872	66.676	(37.525)	3.187	188.210	188.210	28.162	127.710	165.355
Neutralidade da Parcela A	1.576	8.723	(1.645)	69	8.723	8.723	-		
Sobrecontratação de Energia		24.837	(1.527)	4.194	27.504	27.504	1.576		1.576
Diferimento de Reposição na RTP	146.356	-	(12.205)	592	134.743	134.743			-
Implantação MCSPSE		17.067	-	-	17.067	17.067	18.646	127.710	146.356
Outros	7.940	13.320	(22.148)	1.061	174	174	7.940		7.940
Total Ativos Financeiros Setoriais	713.871	58.826	(397.591)	51.958	427.065	427.065	586.161	127.710	713.871

Passivos Financeiros Setoriais	Movimentação - 2016						2015		
	31/12/2015 Reapresentado	Constituição	Amortização	Atualização	Saldo em 30/09/2016	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
CVA Passiva	39.813	68.180	(39.931)	18.790	86.852	86.852	39.813	-	39.813
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	4.135	61.999	(4.264)	9.429	71.299	71.299	4.135		4.135
Proinfa	712		(737)	41	16	16	712		712
ESS	34.966	6.181	(34.930)	9.320	15.537	15.537	34.966		34.966
Demais Passivos Financeiros Setoriais	302.717	142.071	(251.862)	13.613	206.539	206.539	302.717	-	302.717
Sobrecontratação de Energia	147.669	12.963	(103.901)	8.230	64.961	64.961	147.669		147.669
CVA Competência		95.173	(62.702)	-	32.471	32.471	-		-
Outros	155.048	32.737	(83.233)	4.555	109.107	109.107	155.048		155.048
Total Passivos Financeiros Setoriais	342.530	210.251	(291.793)	32.403	293.391	293.391	342.530	-	342.530

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (MÚTUO)

Em janeiro de 2016, por intermédio da 541ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da CEB, foi aprovado o Contrato de Cessão Creditória de Direito de Mútuo entre a CEB Participações S.A. e a Companhia Energética de Brasília – CEB. Desta forma, a CEB Participações S.A. cedeu à CEB todos os direitos e obrigações constantes do Contrato nº 01/2015-CEBPar, celebrado entre a CEB Participações S.A. e a CEB Distribuição S.A., no valor de R\$ 10.000. Esta operação resultou na redução do capital social da CEB Participações S.A. no valor de R\$ 10.000 para liquidação da obrigação para com a CEB. O referido mútuo será transformado em AFAC, oportunamente.

A movimentação do mútuo é demonstrado no quadro seguinte:

Mútuo	10.000
Encargos incorridos	887
Encargos pagos	(814)
Amortização do principal	(4.517)
Saldo em 30 de setembro de 2016	5.556

10. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a concessionária verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A CEB D entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no patrimônio líquido. Em 30 de setembro de 2016, não havia saldo registrado em outros resultados abrangentes, uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não ocorreu diferença entre essas taxas.

A movimentação do saldo referente ao ativo financeiro indenizável (concessão) em 30 de setembro de 2016 está indicada no quadro seguinte:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2014	841.273
Adições	55.160
Baixas	(874.590)
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR – Valor Novo de Reposição	5.808
Saldos em 31 de dezembro de 2015	27.651
Adições	1.675
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR – Valor Novo de Reposição	6.560
Saldos em 30 de setembro de 2016	35.886

11. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Principal – Banco <i>Credit Suisse</i> (a)	6.000	6.000
Rentabilidade – Banco <i>Credit Suisse</i> (a)	414	414
Principal – Banco Panamericano – CDB 006026GS	205	20
Títulos Mobiliários	1.134	
Total	7.753	6.434
Não Circulante	7.753	6.434

a) BANCO CREDIT SUISSE

Conforme Contrato de Cessão Fiduciária, formalizado entre a CEB D e o *Credit Suisse*, ficou estabelecido que fosse constituída reserva para garantir o pagamento da Remuneração de Descontinuidade por meio de certificados de depósito bancário, no montante de emissão equivalente a R\$ 6.000. Este valor está mantido em aplicação financeira com renda fixa – CDB, no *Credit Suisse*, cuja rentabilidade está afixada em 100% do CDI.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Imóveis	Localidade	Licitações	Área	30/09/2016
				Valor Contábil
Terreno	Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF	18/08/2015 e 14/10/2015	284.160 m ²	274.400
Terreno	QI 10 Lote 38 Setor Industrial - Taguatinga	17/08/2015 e 14/10/2015	10.500 m ²	896
Edificação	Edificações da QI 10 Lote 25 a 38 Setor Industrial - Taguatinga		1.040 m ²	673
Terreno	SHD Lote B - Planaltina		260 m ²	238
Terreno	Área Especial Lote H Setor Norte - Brazlândia		1.750 m ²	928
Terreno	Área Especial Lote G Setor Norte - Brazlândia		1.750 m ²	928
Total				278.063

Para o terrenos e edificações localizados no Setor Noroeste e em Taguatinga, a Controlada CEB D iniciou tentativa de alienação a partir do dia 17 de agosto de 2015, no entanto, não compareceram proponentes, restando desertos os certames licitatórios.

Em 29 de julho de 2016, foi realizado novo processo licitatório pela modalidade Concorrência sob o nº 593/2016, em que também não foi logrado êxito na alienação. Foram objetos do certame os terrenos de Brazlândia e Planaltina, ambos pertencentes à Controladora.

13. DEMAIS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Serviços em Curso (a)			27.254	26.530
Repactuação do Risco Hidrológico			19.591	21.116
Aportes da CDE - Decreto 7.945/2013 (b)			38.968	9.680
Desativações em Curso (c)			9.276	9.001
Previdência Privada dos Empregados			3.203	7.442
Dividendo/JSCP a Receber	22	9.090	22	6.612
Despesas Pagas Antecipadamente			9.546	4.775
Crédito com Empregados	36	9	6.275	513
Coligadas e Controladas	3.954		4.288	
Outros Créditos		358	3.209	4.382
Total	4.012	9.457	121.632	91.188
Circulante	60	9.172	98.890	68.256
Não Circulante	3.952	285	22.742	22.932

a) SERVIÇOS EM CURSO

Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após seus termos, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

b) APORTES DA CDE - DECRETO 7.945/2013

Refere-se à Diferença Mensal de Receita - DMR, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE às unidades consumidoras da subclasse residencial baixa renda; e à subvenção da CDE para custear descontos tarifários.

c) DESATIVAÇÕES EM CURSO

Refere-se ao valor das desativações dos bens anteriormente registrado em serviço na CEB-D, cujo valor dos itens, quando desativados, é classificado pelo seu valor residual nesta rubrica. Tais bens são classificados nesta conta até que sua destinação seja definida, conforme os critérios de desativação estabelecidos pelo Órgão Regulador.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. INVESTIMENTOS

14.1 COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Avaliados por Equivalência Patrimonial (*)	633.157	636.946	349.144	348.612
Propriedade Para Investimento			145	145
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	4.630	4.630	4.630	4.630
Outros	365	363	365	363
Total	638.152	641.939	354.284	353.750

(*) Inclui o valor dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFACs, reconhecidos no patrimônio líquido das controladas CEB Distribuição S.A e Companhia Brasileira de Gás no montante de R\$ 61.850 e R\$ 12, respectivamente.

14.2 INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investidas	Controladora						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	
						30/09/2016	31/12/2015
CEB Distribuição S.A.	580.532	345.046	100	100	350.532.450	345.046	331.889
CEB Lajeado S.A.	145.656	332.494	59,93	59,93	82.013.911	107.582	118.354
Corumbá Concessões S.A.	235.259	155.224	45,2	9,3	256.009.911	70.180	70.697
Energética Corumbá III S.A.	119.373	165.950	37,5	25	45.594.783	62.231	58.429
CEB Participações S.A.	41.271	35.817	100	100	41.270.415	35.817	43.813
CEB Geração S.A.	7.575	12.177	100	100	7.575.212	12.177	13.604
Companhia Brasileira de Gás S.A.	4.921	939	17	51	30.600	124	160
Total		1.064.713				633.157	636.946

Investidas	Consolidado						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas Pela CEB e Controladas	Valor Contábil	
						30/09/2016	31/12/2015
Corumbá Concessões S.A.	218.966	155.224	47,55	9,30	269.294.911	73.821	74.366
Investco S.A.	804.459	986.473	20,00	20,00	133.563.595	213.092	215.817
Energética Corumbá III S.A.	119.373	165.950	37,50	25,00	45.594.783	62.231	58.429
Total						349.144	348.612

14.2.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

Investidas	31/09/2016			31/12/2015		
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
CEB Distribuição S.A.	2.594.629	2.597.057	1.470.372	2.735.962	2.387.869	2.379.220
Corumbá Concessões S.A.	723.161	721.398	126.838	732.330	578.868	141.554
CEB Lajeado S.A.	361.111	341.716	86.143	397.619	45.864	112.016
Energética Corumbá III S.A.	235.145	224.841	28.833	230.966	75.317	36.523
CEB Participações S.A.	36.917	28.401	12.164	45.802	1.989	14.717
CEB Geração S.A.	14.614	8.311	11.517	17.311	3.709	14.491
Companhia Brasileira de Gás S.A.	1.411	1.365	2.900	1.217	274	4.375

14.2.2 RESULTADO DOS INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investidas	Controladora		
	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período
			Resultado de Equivalência Patrimonial



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/09/2016	30/09/2016	31/12/2015	31/12/2015
CEB Distribuição S.A.	(2.428)	(2.428)	75.664	75.664
CEB Lajeado S.A.	19.394	10.846	43.888	24.544
Energética Corumbá III S.A.	10.300	3.802	5.773	2.164
CEB Geração S.A.	6.303	6.303	7.458	7.458
Corumbá Concessões S.A. (*)	1.763	838	(38.628)	(17.465)
CEB Participações S.A.	8.516	8.516	779	779
Companhia Brasileira de Gás S.A.	(460)	(78)	(443)	(76)
Total	43.388	27.799	94.491	93.068

(*) Do resultado do equivalência apresentado em 30 de setembro de 2016, o montante de R\$ 797 refere-se a CEB e o montante de R\$ 41 a CEB Participações S.A..

O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu à Eletrobrás S.A. rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de participação societária de 44,077% e 10% de partes beneficiárias.

14.2.3 MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Controladora							Total
	CEB Distribuição S.A.	CEB Lajeado S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	CEB Participações S.A.	CEB Geração S.A.	Companhia Brasileira de Gás S.A.	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	49.988	106.309	88.162	56.773	43.321	12.282	236	357.071
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(12.515)		(541)	(444)	(6.137)		(19.637)
Resultado de Equivalência Patrimonial	75.664	24.544	(17.465)	2.164	779	7.459	(76)	93.069
Efeitos da Lei 12.973/2014 em Coligada	36.000							36.000
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas	186.441	16			157			186.614
Ganho na Variação de Percentual				33				33
Saldo em 31 de dezembro de 2015 - Divulgado	348.093	118.354	70.697	58.429	43.813	13.604	160	653.150
Equivalência Patrimonial - Reapresentação de Controlada	(16.204)							(16.204)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 - Reapresentado	331.889	118.354	70.697	58.429	43.813	13.604	160	636.946
Equivalência Patrimonial sobre ajustes de Coligadas			(1.315)		(68)			(1.383)
Integralização de Capital							30	30
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(21.617)			(6.444)	(7.729)		(35.791)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.427)	10.846	797	3.801	8.516	6.302	(78)	27.757
Redução de Capital					(10.000)			(10.000)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	25.850						12	25.862
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas	(10.265)							(10.265)
Saldo em 30 de setembro de 2016	345.047	107.583	70.179	62.230	41.817	12.177	124	633.157



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Investco S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	228.118	92.578	56.773	377.469
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(26.319)		(541)	(26.860)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13.992	(18.369)	2.164	(2.213)
Efeitos da Lei 12.973/2014		157		157
Ganho na Variação de Percentual	26		33	59
Saldo em 31 de dezembro de 2015	215.817	74.366	58.429	348.612
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(18.522)	(1.383)		(19.905)
Resultado de Equivalência Patrimonial	15.797	838	3.802	20.437
Saldo em 30 de setembro de 2016	213.092	73.821	62.231	349.144

14.3 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC

A Companhia também possui AFAC registrado nas investidas Companhia Brasileira de Gás S.A. (R\$ 12), Corumbá Concessões S.A. (R\$ 3.232), BSB Energética S.A. (R\$ 1.398) e CEB Distribuição S.A. (R\$ 25.850).

14.4 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Os bens registrados em propriedade para investimento na Companhia são avaliados pelo custo e são mantidos pelo proprietário para futuro uso corrente indeterminado.

Em 2015, a Companhia iniciou procedimentos licitatórios demonstrando a firme intenção de alienações de bens imóveis, razão pela qual, o terreno localizado no Setor Noroeste, bem como outros imóveis foram transferidos para a rubrica de Ativo Não Circulante mantido para venda, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 12.

O valor justo dos bens foi obtido por meio de laudos emitidos por firmas especializadas e a Companhia entende que estes valores avaliados estão de acordo com as expectativas de mercado.

Imóveis	Localidade	Tamanho	Consolidado			Data da Avaliação
			Valor Contábil		Valor Justo	
			30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	
Terreno	Setor Residencial de Indústria e Abastecimento (SRIA) QE 20 Lote M – Guará	1.200 m ²	20	20	2.229	fev/16
Terreno	Setor de Habitações Individuais Sul , Quadra Interna 13, Lote "G" – Lago Sul	1.600 m ²	125	125	3.246	fev/16
Total			145	145	5.475	

14.5 PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 225.727, dos quais, R\$ 224.912 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A. e R\$ 815 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasileira de Gás S.A..



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. IMOBILIZADO

15.1 MOVIMENTAÇÃO

Eventos	Controladora						Total
	Imobilizado em Serviço					Imobilizado em Curso	
	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios		
Custo do Imobilizado							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	13.130	2.463	706	97	369		16.765
Baixas				(97)			(97)
Transferências			(384)				(384)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.130	2.463	322		369		16.284
Adição			11				11
Transferências	(2.094)						(2.094)
Saldo em 30 de setembro de 2016	11.036	2.463	333		369		14.201
Depreciação Acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(249)	(249)	(97)	(222)		(817)
Depreciação		(97)	(32)		(34)		(163)
Baixas				97			97
Transferências			90				90
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(346)	(191)		(256)		(793)
Depreciação		(74)	(19)		(14)		(107)
Saldo em 30 de setembro de 2016		(420)	(210)		(270)		(900)
Imobilizado Líquido - 30/09/2016	12.003	2.043	123		99		13.301
Imobilizado Líquido - 31/12/2015	13.130	2.117	131		113		15.491
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%		



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Eventos	Consolidado								
	Imobilizado em Serviço							Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Aduadoras	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros		
Custo do Imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	14.097	13.828	21.206	46.507	18.915	9.456	164	56.251	180.424
Adições			677	21	1.386		1	46.316	48.401
Baixas				(532)	(1.066)	(2)		(56.426)	(58.026)
Transferências				(330)			(58)	(234)	(622)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	14.097	13.828	21.883	45.666	19.235	9.454	107	45.907	170.177
Adições				582	2.546	3	29	42.381	45.541
Baixas e ajustes		(688)	(537)	799	36	(123)		(22.523)	(23.036)
Transferências	(2.094)						(58)	9	(2.143)
Saldo em 30 de setembro de 2016	12.003	13.140	21.346	47.047	21.817	9.334	78	65.774	190.539
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(3.801)	(9.282)	(29.866)	(10.910)	(3.718)	(133)		(57.710)
Depreciação		(296)	(1.306)	(1.581)	(1.468)	(578)	(4)		(5.233)
Baixas				307	1.504				1.811
Transferências				68			40		108
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(4.097)	(10.588)	(31.072)	(10.874)	(4.296)	(97)		(61.024)
Depreciação/ Ajustes de Depreciação		(216)	(471)	(1.313)	(1.524)	(261)		(4)	(3.789)
Transferências		205	2.156	(477)	(7)	(100)	97	4	1.878
Saldo em 30 de setembro de 2016	-	(4.108)	(8.903)	(32.862)	(12.405)	(4.657)	-		(62.935)
Imobilizado Líquido - 30/09/2016	12.003	9.032	12.443	14.185	9.412	4.710	78	65.774	127.604
Imobilizado Líquido - 31/12/2015	14.097	9.731	11.295	14.594	8.361	5.158	10	45.907	109.153

A Companhia não identificou indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras. A taxa de depreciação aplicada nos ativos da Companhia comumente levam em consideração a estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão, definida pela ANEEL.

16. INTANGÍVEL

16.1 MOVIMENTAÇÃO

Eventos	Controladora
	Direito de Uso de Software
Custo do Intangível	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	83
Saldo em 30 de setembro de 2016	83
Amortização Acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(21)
Amortizações	(12)
Saldo em 30 de setembro de 2016	(33)
Intangível Líquido - 30/09/2016	50
Intangível Líquido - 31/12/2015	62



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Eventos	Consolidado					Total
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
Custo do Intangível						
Saldo em 31 de dezembro de 2014	23.147	5.746	5.424	17.440	105.964	496.595
Adições	120.340	105.662		9.680		224.522
Baixas	(16)	(106.078)				(106.094)
Amortizações	(36.002)		(4.353)		(5.887)	(46.242)
Transferências	874.590	(2.835)	6.499	(6.499)		883.132
Obrigações Especiais	(16.687)					(16.687)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	965.092	2.775	7.570	20.621	100.077	1.096.135
Adições	26.799	24.496	4.505	12.868		68.668
Baixas	(46)					(46)
Amortizações	(36.236)		(1.217)		(4.415)	(41.868)
Transferências		(27.405)		(4.818)		(32.223)
Obrigações Especiais	(115.004)	114.769				(235)
Saldo em 30 de setembro de 2016	840.605	114.635	10.858	28.377	95.662	1.090.431

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos até a data de emissão destas informações financeiras.

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição para efeito de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como adequada para efeitos contábeis e regulatórios.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro Indenizável (concessão).

16.2 DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE CONCESSÃO DE GERAÇÃO

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são detentoras do direito de exploração de concessão da Usina Luis Eduardo Magalhães, que integra a operação da Investco S.A..

Nos anos de 2005 e 2006 ocorreu a reestruturação societária decorrente do contrato de venda e compra de ações entre a Investco S.A. e seus acionistas. Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R\$ 158.946, que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo em 30 de setembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 podem ser assim mostrados:

	30/09/2016	31/12/2015
Ágio	158.946	158.946
Amortização acumulada	(63.284)	(58.869)
Saldo Líquido	95.662	100.077

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Suprimento de Energia Elétrica			150.028	281.341
Materiais e Serviços	3.420	2.213	46.303	56.547
Encargos de Uso de Rede Elétrica			36.795	9.918
Fornecedores de Gás			386	189
Total	3.420	2.213	233.512	347.995
Circulante	3.420	2.213	233.512	322.035
Não Circulante				25.960

17.1 EVENTOS NÃO RECORRENTES QUE IMPACTARAM A RUBRICA DE SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

17.1.1 PARCELAMENTO ITAIPU BINACIONAL

Em junho de 2015 a CEB D possuía um passivo de USD 43.267, referente a faturas pendentes de pagamento da Energia do Repasse de Itaipu inadimplidas até a data de 28 de fevereiro de 2015. Após negociação com a Eletrobrás, em 15 de julho de 2015 foi efetuado o pagamento de USD 21.448, o correspondente a R\$ 67.220.

O saldo remanescente de USD 21.819 foi negociado em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com vencimento todo o dia 30 de cada mês, devendo o primeiro pagamento ser efetuado a partir da data de eficácia do contrato. Sobre o saldo devedor incidirão juros remuneratórios de 1% ao mês, calculados *pro rata die*.

Em 30 de setembro de 2016, o saldo devedor do parcelamento ainda totaliza USD 9.640 (R\$ 31.293).

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

18.1 RESUMO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	97.269	97.384	193.003	238.812
Outros Tributos	140	1.135	250.474	285.810
Total	97.409	98.519	443.477	524.622
Circulante	140	1.250	284.237	264.796
Não Circulante	97.269	97.269	159.240	259.826



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18.1.1 IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	71.522	71.522	141.724	175.424
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	25.747	25.862	51.279	63.388
Total	97.269	97.384	193.003	238.812
Circulante		115	46.128	13.336
Não Circulante	97.269	97.269	146.875	225.476

A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A. e CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação lucro presumido.

O quadro seguinte apresenta a apuração resumida do IRPJ e da CSLL em 30 de setembro de 2016 e em 2015:

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	20.395	(155.191)	20.395	(155.191)	6.242	(48.392)	6.242	(48.392)
Equivalência Patrimonial - Coligadas					(19.640)	(4.471)	(19.640)	(4.471)
Resultado das Empresas Tributadas Pelo Lucro Presumido					(14.358)	(4.683)	(14.358)	(4.683)
Total do Resultado Tributável	20.395	(155.191)	20.395	(155.191)	(27.756)	(57.546)	(27.756)	(57.546)
Equivalência Patrimonial	(27.757)	141.361	(27.757)	141.361				
Adições/Exclusões Permanentes	(372)	86	(372)	86	197.099	7.091	197.099	7.091
Adições/Exclusões Temporárias	9.370	11.035	9.370	11.035	11.320	(442.380)	11.320	(442.380)
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	1.636	(2.709)	1.636	(2.709)	180.663	(492.835)	180.663	(492.835)
(-)Compensação Prejuízo Fiscal	(491)		(491)		(51.192)		(51.192)	
Base de Cálculo	1.145	(2.709)	1.145	(2.709)	129.471	(492.835)	129.471	(492.835)
Alíquota Aplicável *	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente								
IRPJ/CSLL - Controladora e Controladas	(269)		(103)		(33.679)	(3.542)	(12.214)	(1.282)
IRPJ - Lucro Presumido					(967)	(1.009)	(448)	(456)
Ajustes IRPJ/CSLL do Período		244		87		244	-	87
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(269)	244	(103)	87	(34.646)	(4.307)	(12.662)	(1.651)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido					67.149	(68.698)	11.646	(24.722)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(269)	244	(103)	87	32.503	(73.005)	(1.016)	(26.373)

(i) PASSIVO FISCAL DIFERIDO

A realização dos passivos fiscais diferidos ora registrados ocorrerá por ocasião da venda dos terrenos, pelas realizações do ativo financeiro indenizável e dos ativos e passivos regulatórios.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes de IRPJ e de CSSL diferidos em 30 de setembro de 2016 e em 2015 estão demonstrados no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	71.522	71.522	107.984	173.676
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSSL	25.747	25.747	38.891	62.540
Total	97.269	97.269	146.875	236.216
Não Circulante	97.269	97.269	146.875	236.216

18.1.2 OUTROS TRIBUTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações - ICMS			222.084	223.830
Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	73	645	22.897	46.344
Programa de Integração Social - PIS	15	139	4.961	10.039
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	52	31	410	1.589
Outros		320	122	4.008
Total	140	1.135	250.474	285.810
Circulante	140	1.135	238.109	251.460
Não Circulante			12.366	34.350

19. CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de iluminação pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

I - despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e

II - despesas com administração, operações, manutenção, efficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito Federal (GDF).

Em 30 de setembro de 2016, o montante a repassar ao GDF foi de R\$ 212.901 e apresentava a seguinte movimentação:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	245.195
Faturamento Arrecadado	142.385
Faturamento não Arrecadado	1.809
Atualização Monetária	14.219
Repasses ao Governo do Distrito Federal	(154.503)
Restituição	66
Baixa	(43.349)
Saldo em 30 de setembro de 2016	205.822
Circulante	116.642
Não Circulante	89.180

Em 23 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei nº 5.434 que estabeleceu medidas de apoio à CEB D, preparatórias à prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia. Dentre as medidas adotadas, foi autorizado o



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

parcelamento, em 60 parcelas mensais e sucessivas, do saldo arrecadado e não repassado da CIP nos exercícios de 2013 e 2014, que serão corrigidos pelo INPC, a partir do segundo mês subsequente ao da sua arrecadação, até o mês de início do pagamento do parcelamento. Este saldo corresponde a R\$ 161.875 e as parcelas terão vencimento no 15º dia útil de cada mês.

A movimentação do valor do parcelamento da CIP é apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	145.792
Amortização no Exercício	(24.281)
Atualização no Exercício	9.379
Atualização paga no Exercício	(3.490)
Saldo em 30 de setembro de 2016	127.400
Circulante	38.220
Não Circulante	89.180

No segundo trimestre de 2016, considerando aspectos legais que extinguem a exigibilidade de obrigações com fundamento em pareceres jurídicos da CEB Distribuição S.A. e da Procuradoria Geral do Distrito Federal, a Companhia promoveu a baixa de passivos de Contribuição de Iluminação Pública no valor de R\$ 43.349.

20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Superávit de Baixa Renda (a)	135.912	123.291
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (b)	109.775	93.674
Encargos do Consumidor a Recolher (c)	143.652	83.909
Total	389.339	300.874
Circulante	180.040	118.605
Não Circulante	209.299	182.269

(a) SUPERÁVIT DE BAIXA RENDA

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

O montante apurado refere-se ao valor a ser ressarcido aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

O assunto está em discussão entre a Distribuidora e o Órgão Regulador. A ANEEL entende que o valor ainda é exigível, e solicitou instrução de processo específico para apurar a conduta da CEB Distribuição S.A. e submeter à deliberação da Diretoria. A Administração da Companhia tem posição contrária, por considerá-lo decadente.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE

A controlada CEB D, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar os investimentos nos programas, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética – PEE; Pesquisa e Desenvolvimento – P&D; ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; e ao Ministério de Minas e Energia – MME. A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15 de março de 2004 e 28 março de 2007, respectivamente.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e ao P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005; nº 219, de 11 de abril de 2006; nº 300, de 12 de fevereiro de 2008; e nº 316, de 13 de maio de 2008, além do Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 dezembro de 2009.

Por intermédio da Resolução Normativa nº 233, de 24 de outubro de 2006, com validade a partir de 1º de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A tabela seguinte detalha os valores de **P&D e PEE** em 30 de setembro de 2016 e em 2015:

	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Programa de Eficiência Energética – PEE	71.934	68.559
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	36.037	23.917
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	1.506	799
Ministério de Minas e Energia – MME	298	399
Total	109.775	93.674

(c) ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.857, que estabeleceu a Cota Anual da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a ser repassada pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás, em 2015, no montante de R\$ 391.473. Em 30 de setembro de 2016, os montantes devidos pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás totalizaram R\$ 143.652. Os valores de CDE foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, mediante à Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, para serem repassados aos consumidores de energia da CEB Distribuição S.A..



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. DEBÊNTURES

30/09/2016						Balço Patrimonial			Demonstração do Resultado	Amortização Principal e Encargos
Eventos	Quantidade em Circulação	Remuneração a.a.	Taxa Efetiva a.a.	Condições de Amortização	Garantias	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos Incorridos	
1ª Emissão - Série Única	1.300	CDI + 6,8%	CDI + 6,8%	Parcelas mensais a partir de junho de 2016.	Recebíveis + Alienação de imóvel (a)	28.235	89.857	118.091	18.520	30.348
2ª Emissão - Série Única	710	CDI + 6,8%	CDI + 6,8%	Parcelas mensais a partir de junho de 2017.	Recebíveis + Alienação de imóvel	13.908	56.160	70.608	3.923	4.724
Custos da Emissão							(1.183)	(1.183)		
Total						42.143	144.834	186.976	22.443	35.072

Em 14 de maio de 2015, por meio do Despacho nº 1.500, a ANEEL anuiu à emissão de debêntures no valor de R\$ 130.000 à CEB D. A controlada optou por operações simples não conversíveis em ações, com garantia real nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, e legislação aplicável.

Tais debêntures têm prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses contados a partir da sua emissão, em 15 de junho de 2015, com vencimento em 15 de junho de 2020, observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado facultativo e de amortizações extraordinárias facultativas. Os montantes provenientes desta emissão foram destinados, principalmente, para: (a) investimentos na infraestrutura de distribuição de energia; e (b) no cumprimento de obrigações setoriais.

Em 24 de novembro de 2015, mediante o Despacho nº 3.788, a ANEEL anuiu à segunda emissão de debêntures no valor de R\$ 120.000, igualmente para a CEB D, nos termos e condições aplicáveis à primeira emissão.

Em 15 de maio de 2016, a controlada realizou parcialmente a emissão das debêntures, perfazendo o montante de R\$ 71.000, nas mesmas condições de prazo e taxa da operação anterior, com vencimento em 15 de maio de 2021. Os recursos líquidos obtidos pela controlada foram destinados, principalmente, para: (a) cumprimento de obrigações junto a fornecedores; e (b) efetivação de obrigações setoriais.

As referidas debêntures, primeira e segunda emissão, possuem carência de 12 meses, contados da data de sua emissão para amortização do principal, bem como são remuneradas a 100% (cem por cento) da Taxa DI, capitalizada exponencialmente com sobretaxa (*spread*) de 6,80%, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ao ano.

21.1 MOVIMENTAÇÃO DAS DEBÊNTURES

Saldo em 31 de dezembro de 2015	129.139
Nova emissão	71.000
Encargos incorridos	22.872
Custo de transação	(31)
Encargos pagos	(24.463)
Amortização principal	(10.609)
Deságio	(932)
Saldo em 30 de setembro de 2016	186.976
Circulante	42.142
Não circulante	144.834



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21.2 VENCIMENTOS

O saldo de debêntures tem seus vencimentos assim programados:

Consolidado					
Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
21.071	69.349	48.278	48.278	-	186.976

21.3 GARANTIAS NA EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Os pagamentos das obrigações contratuais das debêntures emitidas são garantidos pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das debêntures até sua liquidação total e dos vencimentos das demais obrigações acessórias.

A primeira emissão de debêntures possui ainda como garantia a alienação fiduciária do imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF, atualmente classificado como ativo não circulante disponível para venda, cujo valor de liquidação forçada foi equivalente a 150% do saldo principal das debêntures.

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado		Encargos
	30/09/2016	31/12/2015	
Eletrobrás	970	9.325	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. Adm. + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (Finame)	3.256	4.008	Juros de 4,5% a.a.
Banco do Brasil S.A (FCO I a IV)	43.611	54.849	Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Banco do Brasil	15	1.413	CDI + juros de 1,7% a.a.
Caixa Econômica Federal S.A.	93.424	94.497	140% do CDI CETIP (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal S.A./BNDES	23.945	28.029	5% a.a + TJLP
Caixa Econômica Federal S.A./BNDES	14.337	19.092	5% a.a + UMBNDES
Caixa Econômica Federal S.A./BNDES	36.592	40.436	6% a.a
Banco Daycoval	4.904	11.720	0,5% a.m + CDI CETIP
Banco BCV	12.234	16.663	6,5% a.a + CDI CETIP
Custo de Transação	(266)	(1.088)	
Total	233.022	278.944	
Circulante	42.736	55.325	
Não Circulante	190.286	223.619	

Entre março de 2008 e dezembro de 2011 foi captado um total de R\$ 135.423, divididos em quatro contratos de crédito, via Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), destinados ao financiamento de investimentos na distribuição e comercialização de energia no Distrito Federal. Os encargos financeiros incididos foram de 10% a.a., com bônus de adimplência de 15% nas parcelas mensais de juros, além de uma contrapartida de R\$ 95.526 em capital próprio, aplicado na aquisição de materiais, máquinas, equipamentos e contratação de serviços.

Em 2014, a CEB D firmou contrato de financiamento com o agente financeiro Caixa Econômica Federal, por meio de repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, objetivando suprir investimentos realizados em novas instalações e melhorias na rede de distribuição, em atendimento a projetos relacionados à Copa do Mundo de 2014.

O contrato conta com garantias de recebíveis da Distribuidora, tendo o Distrito Federal como Interveniente Garantidor e o Banco de Brasília S.A., como Interveniente Anuente. O valor foi dividido no Subcrédito A, de R\$



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33.578, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à TJLP; no Subcrédito B, com valor de R\$ 14.391, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à UMBNDES (variação cambial das diversas moedas contidas na Cesta de Moedas do BNDES); e, ainda, no Subcrédito C, no valor de R\$ 45.456, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, com taxa de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano), totalizando R\$ 93.425. O referido financiamento tem carência de vinte quatro meses e pagamento mensal dos juros.

No semestre findo em 30 de setembro de 2016, não houve contratação de novas operações de Empréstimos e Financiamentos.

As composições dos empréstimos, por indexadores, com as respectivas amortizações, estão resumidas a seguir:

Indexadores	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
UFIR/IGPM	103	348	174	147	198	970
CDI	7.805	40.902	22.978	23.886	15.005	110.575
TJLP	9.126	20.648	17.498	10.892	9.394	67.558
UMBNDES	790	3.563	3.563	3.563	3.002	14.481
4,5 % a.a.	250	1.002	1.002	1.002	-	3.256
6 % a.a.	1.170	5.014	5.014	5.014	20.238	36.449
Total por Indexador	19.244	71.477	50.229	44.504	47.835	233.289
Custo de Transação						(267)
Total Líquido do Custo de Transação						223.022

22.1 MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Empréstimos e Financiamentos	Custo de Transação	Empréstimos e Financiamentos Líquidos
Saldo em 31 de dezembro de 2015	280.032	(1.088)	278.944
Encargos Incorridos no Período	22.929		22.929
Custo de Transação		266	266
Encargos Financeiros Pagos	(25.048)		(25.048)
Variação Monetária	(2.781)		(2.781)
Amortizações de Principal	(41.288)		(41.288)
Saldo em 30 de setembro de 2016	233.843	(822)	233.022

22.2 GARANTIAS DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos estão garantidos por cessão de direitos creditórios da controlada CEB D.

22.3 COVENANTS

Os contratos de empréstimos e financiamentos da CEB D possuem cláusula restritiva (*covenants*) não financeira de vencimento antecipado, vinculada à manutenção do contrato de concessão. Em 30 de setembro de 2016, as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos foram cumpridas pela Companhia.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

As obrigações societárias representam valores a pagar aos acionistas controladores e não controladores a título de dividendos, juros sobre capital próprio e partes beneficiárias, sobre resultados apurados no exercício corrente e exercícios anteriores.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Governo do Distrito Federal	18.623	18.623	18.623	18.623
Eletrobrás				5.245
Partes Beneficiárias (Eletrobrás)			9.088	6.934
Outros Acionistas	69	69	69	69
Total	18.692	18.692	27.780	30.871
Circulante	18.692	18.692	27.780	30.871

24. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Provisão de Férias	59	67	11.491	11.547
Provisão de 13º Salários	43		6.404	
Encargos Sobre Provisões	37	86	14.298	11.117
Abono Assiduidade			4.874	5.559
Participação nos Lucros			31	10.325
Outros	1		4.218	182
Total	140	153	41.316	38.730
Circulante	140	153	41.316	38.730

25. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

25.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC criada em 1976, que têm como objetivos oferecer aos seus empregados planos de benefícios de natureza previdenciária e assistencial, conforme demonstrado a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação	Patrocinadora
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e pensão	Benefício definido	CEB D
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano de Saúde da CEB – Assistencial	Segmentação assistencial e outros benefícios	Benefício definido	CEB D
Plano CEB-Saúde	Segmentação assistencial	Contribuição definida	Multipatrocinado

A Fundação administra dois Planos de Previdência, o plano Complementar de Benefícios Previdenciários, instituído na modalidade de Benefício Definido (BD), fechado para novas adesões; e o plano denominado CEBPREV, na modalidade Contribuição Definida (CD). Este último, por sua vez, não é reconhecido como benefício pós-emprego, uma vez que não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa.

Além disso, a FACEB é uma Operadora de Plano de Saúde, com registro definitivo concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, desde fevereiro de 2014. Estão sob sua administração os planos CEB- Saúde e CEB-Assistencial.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No plano CEB-Saúde, a participação da controlada está limitada ao aporte da despesa gerada pelos participantes ativos e seus dependentes, não lhe cabendo responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas. Dessa forma, não gera a necessidade de provisão de benefícios pós-emprego.

O Plano de Saúde da CEB – Assistencial, por sua vez, é custeado mediante pagamentos de coparticipações pelos usuários, no momento da sua utilização, cujos percentuais são definidos em regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade por complementar os pagamentos dos usuários, de forma a custear as despesas do plano.

Os resultados da reavaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros seguintes, divididas em função de cada plano previdenciário e de saúde, e foram calculados com base nas informações prestadas pela Companhia, suas controladas e pela FACEB. Os cálculos atuariais foram realizados em conformidade com o Pronunciamento CPC 33(R1).

As informações que fundamentaram o trabalho atuarial são constituídas de bases cadastrais referentes aos planos previdenciário e de saúde; de informações sobre a utilização do plano de saúde nos últimos vinte e sete meses; informações contábeis posicionadas em 31 de agosto de 2016; e dados sobre a composição do valor justo dos ativos do plano de benefício posicionado na mesma data.

Os montantes no passivo e no resultado, vinculados aos planos de contribuições e benefícios definidos, são os seguintes:

Passivo	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Plano de Previdência	51.048	44.613
Plano de Assistência	28.729	46.478
Total	79.777	91.091
Circulante	64.363	69.465
Não Circulante	15.414	21.626

Resultado	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Plano de Previdência	5.461	5.395
Plano de Assistência	29.602	34.627
Total	35.063	40.022



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.2 PLANOS PREVIDENCIÁRIO E ASSISTENCIAL (BD)

As movimentações a valor presente da obrigação com benefício definido são:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Valor Presente das Obrigações Atuariais				
Valor Presente da Obrigação Actuarial no Início do Exercício	(1.106.216)	(1.137.535)	(28.564)	(305.787)
Custo do Serviço Corrente	(7.794)	(9.486)	(118)	(174)
Custo de Juros	(102.807)	(136.163)	(2.592)	(36.603)
Ganhos/(Perda) Atuariais	(204.104)	100.553	(14.067)	281.468
Benefícios Pagos Pelo Plano	57.428	76.415	24.658	32.532
Valor Presente da Obrigação Actuarial no Final do Período	(1.363.493)	(1.106.216)	(20.683)	(28.564)

Análise da obrigação actuarial dos planos:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Valor Presente da Obrigação Actuarial	1.363.493	1.106.216	20.683	28.564
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.307.664)	(1.098.956)		
Valor Presente da Obrigação Coberta	1.307.664	1.098.956		
Valor Presente da Obrigação Sem Cobertura	55.830	7.260	20.683	28.564
Status dos Planos	Parcialmente Fundado	Parcialmente Fundado	Sem Cobertura	Sem Cobertura

As movimentações no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Valor Justo dos Ativos dos Planos				
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	1.098.956	1.108.746		
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	98.554	132.717		
Contribuições Recebidas Pelo Fundo - Patrocinador	25.727	38.199	9.660	32.532
Contribuições Recebidas Pelo Fundo - Participantes	7.437	6.291		
Benefícios Pagos Pelo Fundo	57.428	(76.415)	(9.660)	(32.532)
Ganhos/(Perda) Atuariais	134.418	(110.582)		
Valor Justo dos Ativos dos Planos no Final do Período	1.307.664	1.098.956		

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

	Plano Previdenciário	
	30/09/2016	31/12/2015
Valores Reconhecidos no Balanço Patrimonial		
Valor Presente da Obrigação Actuarial Sem Cobertura	55.830	7.260
Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Final do Período (Saldo da Dívida com a FACEB)	40.651	44.608
Movimentação do Passivo (Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço		
Passivo (Ativo) Reconhecido no Início do Exercício	7.260	28.789
Contribuições Aportadas no Plano	(25.728)	(38.199)
Amortização de (Ganhos)/Perdas Atuariais	69.686	10.029
Despesas do Exercício	4.612	6.641
Passivo/(Ativo) Reconhecido no Final do Período	55.830	7.260



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano Assistencial	
	30/09/2016	31/12/2015
Valores Reconhecidos no Balanço Patrimonial		
Valor Presente da Obrigação Atuarial sem Cobertura	20.684	28.564
Ganhos/(Perdas) Atuariais não Reconhecidos (item 92)		
Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Final do Período	29.193	277.791
Movimentação do Passivo (Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço		
Passivo (ativo) Reconhecido no Início do Exercício	28.564	305.787
Contribuições Aportadas no Plano	(24.658)	(32.532)
Amortização de (Ganhos)/Perdas Atuariais	14.068	(281.468)
Despesas do Exercício	2.710	36.777
Passivo/(Ativo) Reconhecido no Final do Período	20.684	28.564

Quadro demonstrativo da despesa total reconhecida na demonstração dos resultados:

Valores Reconhecidos na DRE	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Custo do Serviço Corrente	3.060	9.486	27	174
Contribuições Recebidas Pelo Fundo - Participantes	(2.765)	(6.291)		
Custo de Juros	40.884	136.163	925	36.603
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(39.542)	(132.717)		
Total da (Despesa)/Receita Reconhecida no Período	1.638	6.641	952	36.777

Os quadros a seguir mostram as estatísticas dos planos de benefícios conforme dados cadastrais:

	Plano Complementar	
	30/09/2016	31/12/2015
Ativos		
Quantidade	476	506
Idade Média	50,57	50,27
Tempo Médio de Serviço (anos)	25,49	25,10
Tempo Médio Esperado de Serviço Futuro (anos)	6,09	6,48
Valor do Salário Médio (R\$)	11.900,32	11.855,28
Aposentados		
Quantidade	1.088	1.074
Idade Média	65,52	66,20
Benefício Médio (R\$)	5.520,36	5.473,39
Pensionistas		
Quantidade	337	322
Idade Média	63,55	64,07
Benefício Médio (R\$)	1.653,36	1.635,16

	Plano Assistencial	
	30/09/2016	31/12/2015
Titulares		
Quantidade	1.772	1.836
Idade Média	62,21	61,34
Custo Médio	795,34	728,62
Dependentes		
Quantidade	2.038	2.043
Idade Média	46,15	45,49
Custo Médio	566,26	520,61
Total		
Quantidade	3.810	3.879
Idade Média	53,62	52,99
Custo Médio	672,80	618,54



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa:

Composição dos Ativos	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Disponível	0,19%	0,01%	0,00%	0,00%
Renda Fixa	91,05%	89,81%	0,00%	0,00%
Renda Variável	0,68%	0,76%	0,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	4,41%	5,06%	0,00%	0,00%
Investimentos Imobiliários	1,39%	1,66%	0,00%	0,00%
Empréstimos com Participantes	2,32%	2,72%	0,00%	0,00%
Outras Exigibilidades e Depósitos Judiciais	(0,04)%	(0,02)%	0,00%	0,00%
Total Percentual dos Ativos do Plano	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%

25.3 PLANO PREVIDENCIÁRIO

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.363.493 que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.307.664 resultou em um déficit de R\$ 55.829, constituindo-se, portanto, em um passivo atuarial. Atualmente, a CEB Distribuição S.A. tem contabilizado em seu passivo o montante de R\$ 79.775, sendo R\$ 41.329 relativo ao contrato de dívida que mantém junto à FACEB e R\$ 38.446 referente à provisão atuarial constituída.

O valor justo dos ativos do plano foi informado pela FACEB e, segundo a entidade, está precificado a mercado na posição de 31 de agosto de 2016. Do ativo total informado pela FACEB (R\$ 1.327.835) foram deduzidos os valores registrados no balancete nas rubricas do exigível operacional (R\$ 3.690); exigível contingencial (R\$ 5.163); e fundos (R\$ 11.317), resultando no valor justo de R\$ 1.307.664, uma vez que essas parcelas do ativo não se destinam à cobertura das provisões matemáticas. Ressalte-se que o saldo do contrato de dívida da CEB junto à entidade não está incluído no valor justo dos ativos do plano.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, conforme demonstrado nos quadros anteriores, tendo apresentado, em 31 de agosto de 2016, um déficit atuarial. A variação no resultado atuarial, quando comparado com a situação em 31 de dezembro de 2015, se deve à alteração da hipótese de taxa de juros atuarial, que foi reduzida de 7,34% para 5,87%.

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	30/09/2016	30/06/2016	31/03/2016	31/12/2015
Valor Presente da Obrigação Atuarial	1.363.493	1.289.721	1.220.585	1.106.216
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.307.664)	(1.247.368)	(1.133.562)	(1.098.956)
Resultado	55.830	42.343	87.023	7.260

O quadro a seguir contém a despesa do plano de responsabilidade da patrocinadora, estimada para o exercício de 2016, calculada com base nos custos normais; no custo dos juros incidentes sobre a obrigação atuarial; nos rendimentos esperados do valor justo dos ativos do plano; e nas contribuições estimadas dos participantes e assistidos.

	2016
Custo do Serviço Corrente	11.563
Custo dos Juros	129.699
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(128.848)
Contribuições dos Participantes	(10.508)
Total da Despesa Estimada	1.906

25.4 PLANO DE BENEFÍCIOS CEBPREV



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O plano CEBPREV, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, não imputa riscos às suas patrocinadoras e, por conseguinte, não gera a necessidade de provisão de benefícios pós-emprego para a CEB Distribuição S.A..

Conforme o balancete desse plano posicionado em 31 de agosto de 2016, as provisões matemáticas de benefícios a conceder são iguais a R\$ 26.818 e o patrimônio de cobertura do plano é de R\$ 26.818, comprovando o equilíbrio atuarial do citado plano de benefícios. Não existem benefícios concedidos no plano na data da reavaliação atuarial e, além do patrimônio de cobertura do plano, existem fundos previdenciais no montante de R\$ 623 para dar suporte à solvência do plano de benefícios.

25.5 PLANO CEB-SAÚDE

O plano CEB-Saúde não gerou provisão de benefícios pós-emprego em função das disposições de seu regulamento que prevêem a participação da CEB Distribuição S.A., bem como das demais associadas, apenas em relação aos participantes ativos e seus dependentes, não lhes imputando responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas.

Dessa forma, não há qualquer provisão de benefícios pós-emprego a contabilizar em função desse plano de saúde.

25.6 PLANO DE SAÚDE DA CEB – ASSISTENCIAL

Este plano é administrado pela FACEB como uma autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Participam do plano os empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB, bem como os dependentes desses grupos, tendo ainda direito à remissão, o cônjuge ou companheiro, após o falecimento do titular.

Em 1º de setembro de 2015, a CEB obteve uma importante modificação na responsabilidade que lhe é atribuída com relação aos aposentados e pensionistas vinculados ao plano de saúde da CEB – Assistencial: foi julgada a ADI nº 2014002032055-2, cujo acórdão, publicado em 25 de setembro de 2015, declarou a inconstitucionalidade da Lei distrital que garantia o plano de saúde para os aposentados e pensionistas. Foi mantida, contudo, a cobertura assistencial por um período de 18 meses, contados da publicação do acórdão, cujo prazo se encerrará em março de 2017.

A avaliação atuarial do Plano de Saúde da CEB – Assistencial, posicionada em 31 de agosto de 2016, revelou que a obrigação atuarial deste plano é de R\$ 20.683. Considerando-se que este plano não possui valor justo de ativos, então a obrigação atuarial calculada em 31 de agosto de 2016 se encontra sem lastro de ativos financeiros. A composição deste passivo se dá da seguinte forma: a) passivo de curto prazo dos ativos: R\$ 1.671; b) passivo de curto prazo dos assistidos: R\$ 19.013.

O passivo líquido em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 28.564 e, computadas as variações ocorridas em 2016. Conforme demonstradas nos quadros anteriores, têm-se um passivo líquido calculado atuarialmente em 31 de agosto de 2016 de R\$ 20.683, sendo este o valor da provisão de benefícios pós-emprego para o plano CEB-Assistencial.

A variação na obrigação atuarial, assim como no Plano Previdenciário, decorreu da modificação na taxa de juros, que passou de 7,34% para 5,87%; bem como do aumento no custo assistencial médio; da redução na quantidade total de beneficiários; e da redução no prazo de cobertura do plano de saúde para os benefícios de pós-emprego, o qual cessará em abril de 2017.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesa estimada para o exercício de 2016:

	2016
Custo do Serviço Corrente	80
Custo dos Juros	3.349
Total da Despesa Estimada	3.429

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	30/09/2016	31/12/2015
Valor Presente da Obrigação Atuarial	20.683	28.564
Valor Justo dos Ativos do Plano	-	-
Resultado	20.683	28.564

25.7 PREMISSAS ATUARIAIS

Premissas Atuariais Adotadas	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Financeira				
Taxa de Juros Anual Para Cálculo do Valor Presente da Obrigação	5,87%	7,34%	5,87%	7,34%
Expectativa de Retorno do Valor Justo dos Ativos do Plano	11,72%	13,28%	0,00%	0,00%
Taxa Anual de Inflação	5,53%	5,53%	5,53%	5,53%
Taxa Nominal de Crescimento Anual dos Salários	5,53%	5,53%	5,53%	5,53%
Taxa Nominal de Crescimento dos Benefícios do Plano	5,53%	5,53%	5,53%	5,53%
Taxa de Crescimento Nominal Anual dos Custos de Saúde	0,00%	0,00%	7,54%	7,00%
Demográficas				
Taxa de Rotatividade	0,00%	0,00%		0,00%
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Ativos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Assistidos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos	Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas		Álvaro Vindas	
Tábua de Morbidez	Não Usada		Não Usada	
Idade de Aposentadoria	Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.		Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.	
Composição Familiar para Cálculo de Pensão e Reversão				
Ativos	90% casados com cônjuge feminino 4 anos mais jovem.			
Assistidos	Família informada no cadastro.			

Comparativo Evidenciando Retorno Esperado e o Retorno Real dos Ativos do Plano	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Taxa Nominal de Rendimento Esperada Sobre os Ativos do Plano	11,72%	13,28%	N/A	N/A

25.8 CONTRATO DE DÍVIDA ATUARIAL

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília – CEB, como patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição S.A. assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciários (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar, em 1992), principalmente de



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram, desde então, a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade; décimo quarto salário; e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada “suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descreve-se a seguir: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; e prazo de amortização de 180 meses sucessivos.

25.9 CONTRATO DE PARCELAMENTO DO SALDO DEVEDOR

Em abril de 2015, a CEB Distribuição S.A. e a FACEB celebraram acordo por meio de Contrato de Parcelamento de Contribuição Suplementar, correspondente ao saldo devedor remanescente em 1º de abril de 2015, no valor de R\$ 28.897, do contrato de dívida atuarial assinado em 27 de dezembro de 2001. Neste contrato de parcelamento, não foi contemplado o valor da variação monetária no montante de R\$ 12.722, ou seja, na celebração da avença, o valor que deveria ser parcelado seria de R\$ 41.619. A CEB Distribuição S.A. já está realizando tratativas no sentido da alteração do contrato, para que o valor da diferença seja considerado no acordo.

No contrato celebrado, ficou pactuado que o saldo remanescente terá uma carência de 15 meses e que neste período, incidirão juros equivalentes a 6% ao ano, capitalizado mensalmente, bem como correção monetária calculada de acordo com a variação do INPC, ou índice que vier a substituí-lo. Ao fim do período de carência, o saldo devedor apurado em 1º de abril de 2015, devidamente atualizado e acrescido dos encargos previstos, será pago em 13 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 31 de dezembro de 2016.

As movimentações da dívida atuarial ocorreram conforme quadro a seguir:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	31.368	17.869	49.237
Amortização no Exercício	(15.221)		(15.221)
Atualização no Exercício	8.671	603	9.274
Transferências Para o Circulante	2.558	(2.558)	
Saldo em 31 de dezembro 2015	27.376	15.914	43.290
Amortização no Exercício	(12.022)		(12.022)
Atualização no Exercício	3.414		3.414
Transferências Para o Circulante	15.914	(15.914)	
Passivo em 30 de setembro de 2016	34.682		34.682

Os valores estão apresentados em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

Para o cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado, as contribuições a pagar. Dessa forma, o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equacionamento de Déficit pactuado entre a Companhia e a FACEB.

26. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir:



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.1 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS PROVISIONADOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas expectativas de perda são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Regulatórias			51.760	53.024
Trabalhistas			4.985	9.048
Fiscais	10.808	8.356	10.808	8.356
Cíveis			4.717	8.139
Total	10.808	8.356	72.270	78.567
Circulante			4.821	9.168
Não Circulante	10.808	8.356	67.449	69.399

26.2 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

	Controladora		
	Trabalhista	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	54	8.251	8.305
Constituições de Provisão	8		8
Pagamentos	(62)		(62)
Atualização Monetária		105	105
Saldo em 31 de dezembro de 2015		8.356	8.356
Constituições de Provisão	44	2.393	2.437
Pagamentos	(44)		(44)
Atualização Monetária		59	59
Saldo em 30 de setembro de 2016		10.808	10.808



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	8.959	7.500	8.251	59.655	84.365
Constituições de Provisão	3.295	2.484		1.022	6.801
Reversão de Provisão	(4.102)	(2.319)		(14.495)	(20.916)
Atualização Monetária	958	475	105	6.841	8.379
Pagamento	(62)				(62)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.048	8.140	8.356	53.023	78.567
Constituições de Provisão	944	5.333	2.393	1.654	10.324
Reversão de Provisão	(5.256)	(8.996)		(7.183)	(21.435)
Atualização Monetária	293	241	59	4.264	4.857
Pagamento	(45)				(45)
Saldo em 30 de setembro de 2016	4.984	4.718	10.808	51.758	72.270
Circulante					4.821
Não Circulante					67.449

(i) DEMANDAS TRABALHISTAS

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, envolvendo cobrança de horas extras; adicionais de periculosidade; dano moral; e responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR). Neste período a Companhia não obteve êxito em algumas ações e teve um custo de R\$ 1.820 com ações de empregados ativos, R\$ 2.765 com ações de ex-empregados e R\$ 22 com ações de responsabilidade solidária de serviços terceirizados. As provisões relativas a esses processos foram revertidas para apropriação do custo efetivo da despesa.

(ii) DEMANDAS CÍVEIS

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica; danos morais; além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos; corte por inadimplência; problemas na rede; e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC. O custo efetivo para as ações cíveis somam R\$ 2.738 e são relativas a ações de consumidores. As provisões relativas a esses processos onde a Companhia não obteve êxito foram revertidas com a ocorrência da apropriação do custo efetivo.

(iii) DEMANDAS REGULATÓRIAS

As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia; investimentos em consórcio; extrapolação dos limites dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia; falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição; e fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB D, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(iv) DEMANDAS FISCAIS

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial. A representação judicial da Empresa foi avocada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em 2013.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.3 ATIVO CONTINGENTE – RISCO PROVÁVEL

Há crédito fiscal transitado em julgado, processo nº 2005.34.00.016935-3, onde a CEB recolheu PIS, tomando como base a receita operacional bruta, nos termos dos Decretos – Lei nº 2.445 e nº 2.449, ambos de 1988, declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. A Decisão foi favorável à Companhia que solicitou também, a mudança do pólo ativo para que os seus efeitos beneficiassem a CEB Distribuição S.A., tendo em vista a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, já deferida.

A CEB Distribuição S.A., neste momento, providencia a documentação para habilitação do crédito junto à RFB a fim de que tais valores fiquem livres para compensação.

26.4 PASSIVO CONTINGENTE – RISCO POSSÍVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 30 de setembro de 2016 está reproduzido no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Fiscais	41.424	37.262	41.424	37.262
Cíveis		85	2.449	806
Trabalhistas		24	1.524	1.372
Total	41.424	37.371	45.397	39.440

26.5 DEMANDAS FISCAIS

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial. A representação judicial da Empresa foi avocada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em 2013.

27. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO

	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Ultrapassagem de Demanda	22.128	17.149
Excedente de Reativos	34.505	28.732
Participação Financeira do Consumidor – Valores Não Aplicados (a)	71.302	71.665
Total	127.935	117.546
Não Circulante	127.935	117.546

(a) Valores recebidos antes do início do empreendimento e não aplicados.

27.1 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS – RECEITA DE ULTRAPASSAGEM DE DEMANDA E EXCEDENTE DE REATIVOS

A receita de ultrapassagem de demanda é oriunda de contratos de fornecimento com grandes consumidores de energia, no qual é definida a demanda a ser utilizada pela unidade consumidora. Caso a demanda realizada exceda a contratada, a diferença é cobrada com base na tarifa de ultrapassagem que é bem superior às tarifas regulares. As tarifas de ultrapassagem de demanda possuem caráter de penalidade ao consumidor e visam o incentivo à não utilização da rede, além do que foi contratado, estando prevista no art. 93 da Resolução nº 14/2010.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita de excedente de reativos é uma penalidade ao consumidor decorrente da não instalação de equipamentos adequados para controle da energia reativa que podem prejudicar o funcionamento dos sistemas elétricos, gerando custos adicionais à rede distribuidora. O Órgão Regulador define um limite para essa energia reativa e, violado esse limite, a distribuidora cobra uma tarifa adicional de energia reativa excedente.

O Procedimento de Regulação Tarifária (Proret 2.7) foi aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011. Neste procedimento, ficou definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, a partir do 3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, deverão ser contabilizadas como obrigações especiais e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Em conformidade com o Despacho nº 4.991 da ANEEL, de 29 de dezembro de 2011, que trata dos procedimentos básicos para a elaboração das demonstrações financeiras, a CEB Distribuição S.A. efetuou o ajuste de receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, reduzindo as contas de receitas de fornecimento de energia, em contrapartida à conta de obrigações especiais.

Este procedimento foi objeto de questionamento judicial pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, e a questão encontra-se em tramitação. A CEB Distribuição S.A. está aguardando o julgamento da ação e tais valores estão provisionados em obrigações especiais e apresentados como obrigações vinculadas à concessão.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 566.025. As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais classes A e B não têm direito a voto.

A composição do capital social subscrito e integralizado, por classe de ações, é a seguinte:

Capital Total em Ações	30/09/2016	31/12/2015 - Reapresentado
Ações Ordinárias	7.184.187	7.184.187
Ações Preferenciais	7.232.196	7.232.196
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	5.919.194	5.919.194
Total	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação:		
Patrimônio Líquido	578.808	570.432
Total	578.808	570.432
Quantidade de Ações	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação - Em (R\$)	40,15	39,57



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28.2 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

28.2.1 CUSTO ATRIBUÍDO (*DEEMED COST*)

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 é demonstrado conforme quadro a seguir:

Terrenos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442	1.442
Ajustes por Adoção do Custo Atribuído	295.744	295.744
Saldo em 1º de janeiro de 2009	297.186	297.186
Alienação de Terreno – Exercício de 2009	(11.099)	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	286.087	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL – 34%)	(97.270)	(97.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 – Líquido do Efeito Fiscal	188.817	188.817
Saldo em 30 de setembro de 2016 – Líquido do Efeito Fiscal	188.817	188.817

28.2.2 GANHOS/PERDAS NAS VARIAÇÕES PERCENTUAIS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

(i) Energética Corumbá III S.A.

Em dezembro de 2011, foi contabilizada uma perda de capital por diluição de percentual no capital da controlada em conjunto Energética Corumbá III S.A.. O valor desta perda, apurado pelo cálculo da equivalência patrimonial, foi de R\$ 847.

Em abril de 2013, houve novo aporte de capital, os quais não foram proporcionais às participações detidas por cada acionista. Este fato gerou uma perda de R\$ 31. Outro evento ocorrido no mesmo exercício, foi a declaração de dividendos destinados a CEB, que em relação ao percentual de participação total sobre o capital social da controlada, gerou um ganho de R\$ 47.

Em abril de 2014, os acionistas *Energ Power S.A.* e *Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A.* realizaram aportes de capital no montante de R\$ 221. Esta operação, gerou um ganho de capital a favor da CEB no valor de R\$ 83. Ainda em 2014, houve ganho de R\$ 10, devido a diluição de percentual decorrente da declaração de dividendos da coligada Energética Corumbá III S.A..

Em abril de 2015, os acionistas *Energ Power S.A.* e *Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A.* realizaram novo aporte de capital no montante de R\$ 87. Devido a esta operação, a CEB registrou um ganho de capital no valor de R\$ 33.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28.2.3 PERDAS ATUARIAIS – PLANOS ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIO

A Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2013 perdas atuariais referente aos planos assistencial e previdenciário dos empregados da controlada CEB D, no montante de R\$ 165.240. O valor desta perda foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, de acordo com a regra estabelecida no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Em 31 de dezembro de 2015, o montante da perda atuarial foi revertido com base na declaração de inconstitucionalidade formal e material das Leis nº 3.010/2002 e nº 3.199/2003 pelo Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (Nota Explicativa nº 1.2).

Em 30 de setembro de 2016, a composição do saldo da rubrica ajustes de avaliação patrimonial foi a seguinte:

	30/09/2016	31/12/2015
Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	188.817	188.817
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A.	17.996	18.662
Perda de Capital na Diluição de Percentual – Energética Corumbá III S.A.	(10.265)	(733)
Outras Movimentações – Coligadas		68
Total	196.548	206.814

28.3 RESULTADO DO PERÍODO

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 20.024 (R\$ de prejuízo em 181.929 de setembro de 2015).

28.4 RESERVA DE LUCROS

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6404/1976, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, exceder em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. CONTAS DO RESULTADO

29.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015 Reapresentado
Fornecimento de Energia Elétrica (c)			782.985	812.292
Energia de Curto Prazo			35.905	94.498
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros			(126.159)	117.869
Receita de Construção			19.481	22.202
Aporte de Recursos da CDE (a)			10.238	13.494
Receita de Prestação de Serviços	9.791	4.609	10.023	5.058
Suprimento de Energia			7.778	7.196
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			4.898	5.144
Arrendamento e Aluguéis			6.400	8.383
Receita de Venda de Gás			1.097	1.144
Outras Receitas			668	1.180
Receita Operacional Bruta	9.791	4.609	753.314	1.088.460
Impostos	(196)	(89)	(159.162)	(161.165)
Contribuições	(906)	(452)	(73.286)	(104.822)
Encargos do Consumidor (b)			(69.408)	(201.323)
Descontos Incondicionais				-
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.102)	(541)	(301.856)	(467.301)
Receita Operacional Líquida	8.689	4.068	451.458	621.150

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015 Reapresentado
Fornecimento de Energia Elétrica (c)			2.478.813	2.234.849
Energia de Curto Prazo			211.808	321.788
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros			(273.672)	221.347
Receita de Construção			37.021	65.692
Aporte de Recursos da CDE (a)			29.288	40.727
Receita de Prestação de Serviços	32.586	23.233	33.138	24.301
Suprimento de Energia			23.461	22.028
Arrendamento e Aluguéis			20.054	19.779
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			15.914	21.815
Receita de Venda de Gás			3.889	3.345
Outras Receitas			1.743	2.144
Receita Operacional Bruta	32.586	23.233	2.581.457	2.977.815
Impostos	(652)	(465)	(508.617)	(440.171)
Contribuições	(3.020)	(2.242)	(247.694)	(284.406)
Encargos do Consumidor (b)			(294.281)	(466.509)
Descontos Incondicionais				(5)
Devolução de Vendas			(122)	
Deduções da Receita Operacional Bruta	(3.672)	(2.707)	(1.050.714)	(1.191.091)
Receita Operacional Líquida	28.914	20.256	1.530.743	1.786.724

a) A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013), determinou que os recursos relacionados à subvenção de baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. Estes recursos serão repassados pela Eletrobrás e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste tarifário anual das distribuidoras.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No primeiro semestre de 2016, os aportes de CDE totalizaram R\$ 19.050 (R\$ 27.233 no 2S2015), referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Tais aportes seguiram o que está previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica Recursos da CDE – Decreto nº 7.945/2013 (Nota Explicativa nº 10).

b) Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.857, que estabeleceu a Cota Anual de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE a ser repassada pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás no ano de 2015, no montante de R\$ 391.473. Esses valores foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, a qual estabeleceu o repasse desses custos às unidades consumidoras vinculadas à CEB Distribuição S.A..

No primeiro semestre de 2016 os valores reconhecidos pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás totalizaram R\$ 209.756, correspondente a R\$ 20.724 de quotas da CDE Energia; R\$ 115.200 CDE Uso; e R\$ 73.836 CDE-ACR.

Os valores de CDE Energia e CDE Uso foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, para serem repassados aos consumidores de energia da CEB Distribuição S.A.. Os montantes da conta CDE-ACR foram homologados por meio da Resolução Homologatória nº 1.863/2015.

c) Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é responsável pela gestão da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser total ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os valores disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando: (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2015, os valores adicionados à tarifa de energia pelas bandeiras amarelas e vermelhas foram de R\$ 15,00/MWh e R\$ 30,00/MWh, respectivamente. A partir de 2 de março de 2015, os valores adicionados passaram a ser de R\$ 25,00/MWh e de R\$ 55,00/MWh, respectivamente.

Em 28 de agosto de 2015, a bandeira tarifária vermelha foi reduzida de R\$ 5,50 para R\$ 4,50, a cada 100 kWh consumidos. A partir de 1º de fevereiro de 2016 a bandeira vermelha passou a ter dois patamares: R\$ 3,00 e R\$ 4,50, aplicados a cada 100 kWh (quilowatt-hora) consumidos; e a bandeira amarela teve seu valor reduzido, passando de R\$ 2,50 para R\$ 1,50, aplicados a cada 100 kWh (e suas frações). Já no segundo trimestre de 2016 a bandeira passou a ser processada na cor verde. Destaque-se que o faturamento de energia elétrica é composto pelo faturamento normal e pela bandeira tarifária.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela seguinte detalha o acionamento mensal da bandeira tarifária, bem como o fluxo de montantes registrados pela controlada CEB D:

Competência	Acionamento da Bandeira Tarifária	Receita Faturada	Repasso à CCRTB	Valor de Cobertura dos Custos (CVA)	Despachos ANEEL
jan/15	Vermelha	5.800	(4.474)	(1.326)	583/2015
fev/15	Vermelha	12.984	(11.432)	(1.552)	829/2015
mar/15	Vermelha	19.224	(14.927)	(4.297)	1356/2015
abr/15	Vermelha	27.589	(13.401)	(14.188)	1743/2015
mai/15	Vermelha	27.323	(17.648)	(9.674)	2131/2015
jun/15	Vermelha	27.037	(10.826)	(16.211)	2440/2015
jul/16	Vermelha	26.386	(26.386)	-	3386/2015
ago/16	Vermelha	26.787	(26.787)	-	3387/2015
set/16	Vermelha	25.778	(25.778)	-	3607/2015
Total 3º Tri/2015		198.908	(151.659)	(47.248)	
jan/16	Vermelha	22.729	(8)	(22.721)	529/2016
fev/16	Vermelha - Patamar 1	18.482	(10)	(18.472)	797/2016
mar/16	Amarela	11.797		(11.797)	
abr/16	Verde (*)	4.699		(4.698)	1431/2016
mai/16	Verde				1734/2016
jun/16	Verde				2045/2016
jul/16	Verde				2298/2016
ago/16	Verde		(2)	(2)	2626/2016
set/16	Verde				
Total 3º Tri/2016		57.707	(20)	(57.691)	

(*) Em abril de 2016, ocorreu o faturamento de R\$ 4.699 de bandeira tarifária referente à receita não faturada de março de 2016, apesar da aplicação da Bandeira Verde.

29.2 CUSTO COM SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(244.272)	(309.377)	(786.160)	(924.968)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda - Curto Prazo	(57.720)	(110.966)	(226.755)	(256.528)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(35.643)	(44.411)	(123.947)	(111.240)
Amortização do Risco Hidrológico	(846)		(1.524)	
Total	(338.481)	(464.754)	(1.138.386)	(1.292.736)



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29.3 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015 Reapresentado
Pessoal e Administradores	(2.585)	(2.603)	(56.211)	(46.473)
Serviço de Terceiros	(7.511)	(4.606)	(44.805)	(37.490)
Custo de Construção – Concessão (a)	-	-	(19.481)	(22.202)
Depreciação e Amortização	(42)	(56)	(11.848)	(13.015)
(Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.208)	(6.303)	(19.592)	(25.524)
Arrendamento			(13.648)	(10.463)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos				(4.188)
Material	(67)	(143)	(1.549)	(1.396)
Outras Despesas	(15)	(26)	(5.250)	(5.175)
Total	(12.428)	(13.737)	(172.384)	(165.926)
Classificados como:				
Custo da Operação			(80.795)	(83.278)
Custo dos Serviços Prestados	(8.282)	(5.090)	(7.524)	(4.217)
Despesas com Vendas	(2.208)	(6.303)	(38.120)	(41.521)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.938)	(2.344)	(45.945)	(36.910)

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015 Reapresentado
Pessoal e Administradores	(8.517)	(8.111)	(173.623)	(145.039)
Serviço de Terceiros	(21.942)	(16.585)	(128.943)	(109.918)
Custo de Construção – Concessão (a)			(37.021)	(65.692)
Depreciação e Amortização	(124)	(167)	(32.549)	(39.093)
(Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.214)	(10.984)	(29.364)	(54.185)
Arrendamento			(40.944)	(31.388)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos				(4.188)
Material	(207)	(269)	(2.451)	(3.801)
Outras Despesas	(181)	(210)	(13.829)	(13.933)
Total	(38.185)	(36.326)	(458.724)	(467.237)
Classificados como:				
Custo da Operação			(213.731)	(235.192)
Custo dos Serviços Prestados	(23.714)	(18.013)	(20.696)	(15.108)
Despesas com Vendas	(7.214)	(10.984)	(85.301)	(103.207)
Despesas Gerais e Administrativas	(7.257)	(7.329)	(138.997)	(113.730)

a) A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual a zero, considerando que:

- A atividade fim é a distribuição de energia elétrica;
- Toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e
- A Companhia terceiriza a construção da infraestrutura.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção e receita de construção.

29.4 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015 Reapresentado
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego			9.604	8.183
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			40.499	3.271
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios			165	14.787
Variação do Valor Justo – Ativo Financeiro Indenizável – VNR			1.358	
Tributos Sobre Outras Receitas			(3.159)	
Ganho na Baixa de Bens			(202)	(189)
Outras Receitas			512	21
Subtotal			48.777	26.073
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós-Emprego			(9.847)	(9.859)
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios			(2.940)	(5.212)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(467)	(1.010)
Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais				(112)
Multas ANEEL				(17.682)
Outras Despesas	(42)	(28)	(3.658)	(2.261)
Subtotal	(42)	(28)	(16.912)	(36.136)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	(42)	(28)	31.864	(10.063)

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015 Reapresentado
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego			26.750	23.699
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			49.995	11.095
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros			1.974	461
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios			21.078	17.816
Variação do Valor Justo – Ativo Financeiro Indenizável – VNR			6.824	
Tributos Sobre Outras Receitas			(5.626)	
Ganho na Baixa de Bens			(747)	(288)
Outras Receitas	65	50	27.710	1.751
Subtotal	65	50	127.958	54.534
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós-Emprego			(27.190)	(28.586)
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	(2.438)	(8)	(14.767)	(11.592)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(12.922)	(7.034)
Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais			(2.738)	(162)
Multas ANEEL			(6.083)	(18.162)
Outras Despesas	(197)	(28)	(3.346)	(4.210)
Subtotal	(2.635)	(36)	(67.046)	(69.746)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	(2.570)	14	60.912	(15.212)



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29.5 RESULTADO FINANCEIRO

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Receitas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	473	282	4.949	5.143
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios			35.531	42.348
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			8.162	2.708
Rendimentos de Aplicações Financeiras	418	332	2.818	4.170
Multas e Penalidades Aplicadas			523	155
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio			168	
Outras Receitas Financeiras		472	393	822
Tributos Sobre Receitas Financeiras			(451)	
Subtotal	891	1.086	52.093	55.346
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos		(11)	(17.736)	(23.854)
Encargos de Dívidas			(19.640)	(18.141)
Atualização Monetária – Passivos Regulatórios			(10.639)	(9.447)
Outras Despesas Financeiras	(21)	(20)	(5.899)	(10.683)
Subtotal	(21)	(31)	(53.914)	(62.125)
Variação Cambial Líquida			(226)	(36.113)
Resultado Financeiro	870	1.055	(2.047)	(42.892)

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Receitas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	3.529	796	32.960	14.097
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios			54.128	58.054
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			23.285	8.492
Rendimentos de Aplicações Financeiras	632	749	8.048	6.800
Multas e Penalidades Aplicadas			818	408
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio			666	
Outras Receitas Financeiras	440	474	1.693	1.987
Tributos Sobre Receitas Financeiras			(3.375)	
Subtotal	4.601	2.019	118.223	89.838
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	(43)	(32)	(55.544)	(66.647)
Encargos de Dívidas			(47.974)	(37.518)
Atualização de Benefício Pós-Emprego				(1.118)
Atualização Monetária – Passivos Regulatórios			(29.637)	(10.176)
Outras Despesas Financeiras	(79)	(31)	(16.454)	(12.334)
Subtotal	(122)	(63)	(149.609)	(127.793)
Variação Cambial Líquida			15.263	(53.516)
Resultado Financeiro	4.480	1.956	(16.123)	(91.471)

30. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas.

30.1 BÁSICO



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

30.2 DILUÍDO

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído:

	Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Lucro Líquido (Prejuízo) Atribuível aos Acionistas da Companhia	(9.692)	(115.509)	20.024	(181.929)
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	(4.830)	(57.559)	9.979	(90.657)
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	(4.862)	(57.950)	10.045	(91.272)
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	7.184	4.576	7.184	4.576
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	7.232	4.607	7.232	4.607
Lucro / (Prejuízo) por Ação – R\$:				
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	(0,6723)	(21,3231)	1,3890	(19,8115)
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	(0,6723)	(21,3231)	1,3890	(19,8115)

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

31.1 CONTROLADORA FINAL

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

31.2 REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Remuneração	168	204	1.877	832
Demais Benefícios de Curto Prazo	80	71	611	186
Total	248	275	2.488	1.018



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Remuneração	601	684	4.310	2.755
Demais Benefícios de Curto Prazo	204	202	859	557
Total	805	886	5.169	3.312

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

31.3 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

31.3.1 OPERAÇÕES DA CONTROLADORA COM SUAS CONTROLADAS

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		30/09/2016	31/12/2015
Ativo		21.885	19.383
Contas a Receber, Líquido da PECLD		6.330	10.008
Governo do Distrito Federal	a	6.330	10.008
Demais Ativos		15.555	9.375
Dividendos/JSCP	b	10.000	9.090
CEB Lajeado S.A.			6.655
CEB Geração S.A.		4.000	1.432
CEB Participações S.A.		6.000	444
Energética Corumbá III S.A.			559
Empréstimo (Mútuo)		5.555	
CEB Distribuição S.A.	c	5.555	
Outras Operações			285
CEB Distribuição S.A.	d		285
Passivo		19.971	19.670
Dividendos		18.623	18.623
Governo do Distrito Federal	e	18.623	18.623
Demais Obrigações		1.348	1.047
CEB Distribuição S.A.	f	1.348	880
CEB Distribuição S.A.	g		167



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Controladora			
		Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
		30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Receitas		10.583	5.117	34.041	24.042
Receita de Prestação de Serviços		9.855	4.609	32.650	23.233
Governo do Distrito Federal	h	9.855	4.609	32.650	23.233
Receita de dividendos		440		440	
BSB Energética S.A.		396		396	
Telecomunicações Brasileiras S.A.		43		43	
Variação Monetária de Dividendos		-	36	-	337
CEB Lajeado S.A.		-	36	-	337
Encargos de Mútuo		288	472	951	472
Corumbá Concessões S.A.		63		63	
CEB Distribuição S.A		225	472	888	472
Despesas		2.208	6.303	7.214	10.984
Provisão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa		2.208	6.303	7.214	10.984
Governo do Distrito Federal	i	2.208	6.303	7.214	10.984

- a) Representa valores a receber por serviços prestados de obras e manutenção da rede de iluminação pública ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF;
- b) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das controladas;
- c) Trata-se de empréstimo (mútuo) com a controlada CEB D, que tem remuneração de 97% do CDI.
- d) Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram creditados em conta corrente da CEB D, que serão repassados através de encontro de contas à CEB;
- e) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;
- f) A CEB D possui empregados cedidos à Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais;
- g) Refere-se a valores a pagar de depósitos de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB, que serão repassados, através de encontro de contas, à CEB D;
- h) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF; e
- i) Trata-se de reconhecimento de Perdas Estimadas Com Crédito Liquidação Dúvidosa – PECLD de faturas com o Governo do Distrito Federal – GDF.

31.3.2 OPERAÇÕES DO GRUPO E SEUS ACIONISTAS CONTROLADORES E COLIGADAS

Transações com Partes Relacionadas (Balanco Patrimonial)	Notas	Consolidado
--	-------	-------------



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		30/09/2016	31/12/2015
Ativo		111.323	91.786
Contas a Receber, Líquida da PCLD		111.323	84.590
Corumbá Concessões S.A.	a	243	244
Energética Corumbá III S.A.	a	64	65
Governo do Distrito Federal	b	111.016	84.281
Demais Ativos			7.196
Dividendos/JSCP	c		6.610
BSB Energética S.A.		396	
Telecomunicações Brasileiras S.A.		43	
Energética Corumbá III S.A.			559
Investco S.A.			6.051
Outras Operações			586
Governo do Distrito Federal	d		586
Passivo		272.465	282.079
Fornecedores		29.487	18.261
Corumbá Concessões S.A.	e	25.820	12.399
Energética Corumbá III S.A.	e	3.667	5.862
Contribuição de Iluminação Pública		224.355	245.195
Governo do Distrito Federal	f	224.355	245.195
Dividendos		18.623	18.623
Governo do Distrito Federal	g	18.623	18.623

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Consolidado			
		Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
		30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Receitas		112.302	114.337	351.591	317.665
Receita de Comercialização de Energia	h	911	1.178	2.776	3.259
Corumbá Concessões S.A.		720	915	2.195	2.587
Energética Corumbá III S.A.		191	263	581	672
Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica		111.328	113.159	348.752	314.406
Governo do Distrito Federal	i	111.328	113.159	348.752	314.406
Encargos de Mútuo		63		63	
Corumbá Concessões S.A.		63		63	
Despesas		57.944	63.595	186.223	159.381
Energia Comprada para Revenda		81.636	46.515	179.009	136.217
Corumbá Concessões S.A.	j	71.188	36.848	148.326	108.252
Energética Corumbá III S.A.	j	10.448	9.667	30.683	27.965
Perdas (reversão) sobre os créditos de liquidação duvidosa		(23.692)	17.080	7.214	23.164
Governo do Distrito Federal	k	(23.692)	17.080	7.214	23.164

a) As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo uso do sistema por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador;

b) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB D) e serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) da Companhia Energética de Brasília – CEB prestado ao Governo do Distrito Federal – GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo Órgão Regulador para a classe Poder Público. Pelos serviços de obras e manutenção da rede de iluminação pública, a cobrança é feita com base em contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF;

c) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio sobre o resultado das coligadas;



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) A CEB D possui empregados cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal. Os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais;

e) A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A., com prazos de vigência até 07 de julho de 2045, conforme prorrogação da concessão da CEB D. Os valores das tarifas praticadas em 30 de setembro de 2016 para estes contratos são R\$ 219,58 MWh e R\$ 228,86 MWh, respectivamente, atualizados pelo IGP-M;

f) A Contribuição de Iluminação Pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e é devida ao Governo do Distrito Federal – GDF;

g) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador com data de pagamento para 31 de julho de 2017, conforme Despacho nº - 246/2016 – Governança-DF, de 18 de abril de 2016;

h) As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo uso do sistema por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador;

i) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) e do fornecimento de energia elétrica ao Governo do Distrito Federal – GDF. O serviço de fornecimento de energia elétrica apresentou um montante de R\$ 316.102 (R\$ 291.173, em 30 de setembro de 2015), que é cobrado de acordo com a tarifa homologada pela ANEEL. Para os serviços de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública, os valores são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF. Estes serviços totalizaram o montante de R\$ 32.650 (R\$ 23.233, em 30 de setembro de 2015), apresentando margem líquida média por contrato de 6,7%;

j) A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A., com prazos de vigência até 07 de julho de 2045, conforme prorrogação da concessão. Os valores das tarifas praticadas em 30 de setembro de 2016 para estes contratos são R\$ 219,58 MWh e R\$ 228,86 MWh, respectivamente, e são atualizados pelo IGP-M; e

k) Representa a estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, de créditos vencidos há mais de 360 dias, cuja natureza do serviço inclui o fornecimento de energia elétrica registrado na CEB D, no montante de R\$ 7.835, e serviços de manutenção e obras de iluminação pública prestados pela CEB, no valor de R\$ 5.006.

31.3.3 OPERAÇÕES COM A FACEB

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB. Vide detalhes das transações na Nota Explicativa nº 27.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31.4 ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em outubro de 2012, a Diretoria da CEB D, por meio da Resolução nº 378, autorizou a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal – SEPLAN, órgão que administra o parque tecnológico do Governo do Distrito Federal – GDF, a fim de migrar os serviços de processamento e armazenamento de dados da Companhia para o *Data Center* da SEPLAN. O referido Acordo prevê ainda, a utilização pela SEPLAN, dos dutos da CEB D para fazer o cabeamento de fibra ótica, sem custos recíprocos.

32. SEGUROS

Em 30 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais da CEB D incluía danos materiais, não havendo cobertura para lucros cessantes e responsabilidade civil.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição, componentes do ativo imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico, estão cobertos até 30 de dezembro de 2016, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 1.436 e a importância segurada de R\$ 528.053.

Os bens das usinas UHE Luís Eduardo Magalhães, UHE Queimado, UHE Corumbá III e UHE Corumbá IV, também estão devidamente segurados.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	20.396	(155.191)	(1.142)	(48.392)
Ajustes ao Lucro/ (Prejuízo) do Período				
Depreciação e Amortização	119	167	45.657	39.093
Resultado de Equivalência Patrimonial	(16.110)	141.361	(20.437)	(4.471)
Receita de Construção			(37.020)	(65.692)
Custo de Construção - Concessão			37.020	65.692
Perda na Alienação de Imobilizado e Intangível			(23.317)	288
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais				
Encargos da Dívida	887		22.928	38.377
Atualização a Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável			(8.235)	
Perdas com Pessoal Cedido				50
Reversão de Perdas com Pessoal Cedido				7
Ajuste a Valor Presente				(206)
Atualização Monetária - Dividendos		(318)		286
Atualização Monetária - Mútuo		(472)		
Atualização Monetária sobre Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	59		4.857	
Atualização Monetária - Contribuição de Iluminação Pública				15.043
Custo de Transação com Empréstimos			(932)	280
Provisões/Reversões de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	2.437	8	6.254	(6.224)
Dividendos Recebidos - Custo	(597)		(597)	
Provisão / Reversão Plano Assistencial - FACEB	952		35.063	
Outras	(7.382)		(4.363)	
	(19.635)	140.746	56.878	82.523
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Contas a Receber	(5.639)	25.178	(1.934)	(124.356)
Estoques	39	95	829	5.524
Depósitos e Bloqueios Judiciais		110	(200)	3.009
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros			286.806	(132.637)
Tributos e Contribuições Compensáveis	1.913	555	(52.813)	2.021
Demais Créditos	9.965	(145)	40.730	4.019
	6.278	25.793	273.418	(242.420)
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	1.207	(5.824)	(114.483)	(49.404)
Obrigações Tributárias	(1.110)	(802)	(162.290)	96.828
Contribuição de Iluminação Pública			(39.373)	24.573
Encargos Regulatórios			88.465	109.406
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(13)	(126)	2.586	(2.741)
Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros			(49.139)	(142.475)
Benefícios Pós-Emprego			46.377	(6.560)
Obrigações Vinculadas a Concessão			10.389	26.826
Demais Obrigações	504	(110)	43.224	99.699
	588	(6.862)	(174.244)	156.152
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Recebimento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	36.388	11.147	11.398	14.827
Juros Recebidos - Mútuo		257		
Pagamento de Imposto Renda e Contribuição Social			(81.145)	(4.206)
Pagamento de Encargos da Dívida	(814)		(49.510)	(32.748)
Pagamento de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	(44)	(62)	(44)	(62)
	35.530	11.342	(119.301)	(22.189)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	43.157	15.828	35.609	(74.326)



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis de unidades de negócios estratégicas. Para cada um deles, a Administração analisa os relatórios internos periodicamente. O resumo seguinte descreve as operações dos segmentos reportáveis:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S.A.;
- Geração de energia: tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da empresa CEB Geração S.A.;
- Comercialização de energia elétrica: tem como atribuição a comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A.; e
- Outros - Neste segmento está a Companhia Energética de Brasília - CEB: que tem como atribuições a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de expansão e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; e a Companhia Brasileira de Gás S.A., que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Informações referentes a cada segmento reportável para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e em 30 de setembro de 2015 estão incluídas no quadro seguinte:

34.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

	Período de nove meses findos em 30/09/2016					
	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
ATIVOS DO SEGMENTO	2.544.665	14.614	398.028	711.649	(442.978)	3.225.979
Adições (reduções) aos ativos do segmento no exercício	(191.297)	(2.697)	(45.392)	27.501	93.135	(118.749)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES	145	-	216.733	638.152	(492.182)	362.848
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.489.073	11.114	94.139	31.814	-95.397	1.530.743
Energia Elétrica comprada para Revenda	-1.093.430	-634	-15.067		94.691	-1.014.440
Encargos de uso da rede elétrica	-114.583	-706	-9.363		706	-123.946
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	-1.208.013	-1.340	-24.430	0	95.397	-1.138.386
Pessoal	-160.491	-2.098	-2.393	-8.642		-173.624
Material	-2.194	-30	-8	-220		-2.452
Serviço de Terceiros	-101.441	-2.474	-2.815	-22.214		-128.944
Depreciação e Amortização	-28.885	1.614	-4.948	-330		-32.549
Reversão/Constituição de Provisões para Riscos e Outras	10.241			-2.438		7.803
Custo de Construção	-37.021			-		-37.021
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	-22.149			-7.214		-29.363
Arrendamento			-40.944			-40.944
Outras	42.228	-467	696	-3.080	-97	39.280
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	-299.712	-3.455	-50.412	-44.138	-97	-397.814
Equivalência Patrimonial			15.839	27.758	-23.160	20.437
RESULTADO BRUTO	-18.652	6.319	35.136	15.434	-23.257	14.980
Receita Financeira	122.481	623	5.757	4.624	-	133.485
Despesa Financeira	-144.848	-71	-4.567	-122	-	-149.608
RESULTADO FINANCEIRO	-22.367	552	1.190	4.502		-16.123
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	-41.019	6.871	36.326	19.936	-23.257	-1.143
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	-40.009	-568	-6.359	-372		-47.308
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	78.601		195			78.796
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	-2.427	6.303	30.162	19.564	-23.257	30.345
Atribuível ao Acionista Controlador						20.024
Atribuível aos Acionistas não Controladores						10.321



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de nove meses findos em 30/09/2015					
	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
ATIVOS DO SEGMENTO	2.361.737	13.975	428.513	406.046	(232.459)	2.977.812
Adições (reduções) aos ativos do segmento no exercício	222.585	(667)	10.288	(118.965)	60.477	173.718
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES	276.114		235.483	313.194	(168.629)	656.162
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.751.544	10.768	96.101	23.077	(92.791)	1.788.699
Energia Elétrica comprada para Revenda	(1.210.546)	(1.478)	(34.565)		92.162	(1.154.427)
Encargos de uso da rede elétrica	(102.715)	(629)	(8.525)		629	(111.240)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(1.313.261)	(2.107)	(43.090)		92.791	(1.265.667)
Pessoal	(132.883)	(1.993)	(1.929)	(8.234)		(145.039)
Material	(3.513)	(13)	(3)	(273)		(3.802)
Serviço de Terceiros	(88.005)	(2.262)	(3.446)	(16.831)		(110.544)
Depreciação e Amortização	(33.519)	(251)	(4.951)	(372)		(39.093)
Reversão/Constituição de Provisões para Riscos e Outras	1.615	(1)	(90)	(37)		1.487
Custo de Construção	(65.692)					(65.692)
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	(43.201)			(10.984)		(54.185)
Arrendamento			(31.388)			(31.388)
Outras	(28.675)	(662)	(4.295)	(2.536)		(36.168)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(393.873)	(5.182)	(46.102)	(39.267)		(484.424)
Equivalência Patrimonial			9.865	(141.361)	135.967	4.471
RESULTADO BRUTO	44.410	3.479	16.774	(157.551)	135.967	43.079
Receita Financeira	83.392	698	4.735	2.047	(1.034)	89.838
Despesa Financeira	(181.234)	(48)	(998)	(63)	1.034	(181.309)
RESULTADO FINANCEIRO	(97.842)	650	3.737	1.984		(91.471)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(53.432)	4.129	20.511	(155.567)	135.967	(48.392)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		(570)	(5.719)	331		(5.958)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(93.562)		142			(93.420)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(146.994)	3.559	14.934	(155.236)	135.967	(147.770)
Atribuível ao Acionista Controlador						(154.860)
Atribuível aos Acionistas não Controladores						7.090

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

35.1 PARCELAMENTO DA CDE.

A CEB Distribuição por meio do Termo de Confissão e Repactuação de Dívida (Termo) com o Fundo Setorial de Desenvolvimento Energético – CDE, de nº ECF 3298-2016, firmado com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, efetuou o parcelamento das cotas mensais vencidas e inadimplidas no período de 10 de dezembro de 2015 a 10 de março de 2016. O montante principal envolvido foi de R\$ 114.394, que será corrigido da data de vencimento original das quotas até a de eficácia do termo por juros de 1% ao mês, calculados pro rata die e de 2% de multa sobre o valor principal inadimplido. A dívida foi parcelada em 14 (quatorze) meses, sendo que nas 2 (duas) primeiras parcelas serão pagos somente juros remuneratórios incidentes sobre o principal. Nas 12 (doze) parcelas seguintes será amortizado o principal em parcelas iguais, acrescido de juros remuneratórios. O Termo será remunerado pela variação da taxa SELIC, a partir da data de eficácia.

**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

35.2 PAGAMENTO DO ICMS ANTERIORMENTE POSTERGADO.

Em outubro de 2016, a CEB Distribuição S.A. efetuou o pagamento do saldo principal do ICMS sobre Faturamento do mês de abril de 2015, no valor de R\$ 44,6 milhões postergado pelo decreto de nº 37.446, de 28 de julho de 2016.

Brasília, 10 de novembro de 2016.

ARI JOAQUIM DA SILVA
Diretor-Presidente

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO
Diretor Técnico

HAMILTON CARLOS NAVES
Diretor de Regulação e Planejamento
Estratégico

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA
Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores

THIAGO CAVALCANTE SANTOS
Contador
CRC - DF 022977/0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Energética de Brasília S.A.

Brasília – DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Brasília S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e nove meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfases

Chamamos a atenção para o fato de que a controlada direta CEB Distribuição S.A. apresenta um histórico de deficiência de capital de giro. Adicionalmente, em razão das características inerentes à sua atividade operacional e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam possível existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº2.3.1.1.(i). As informações contábeis intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para o fato descrito na nota explicativa nº19 a), a Controlada direta CEB Distribuição S.A., possui registrado no passivo não circulante, em 30 de setembro de 2016, o montante de R\$135.912 mil, referente aos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O assunto encontra-se em discussão entre a CEB Distribuição S.A. e o Órgão Regulador (ANEEL). A ANEEL, para concluir quanto à exigibilidade ou não do referido montante, solicitou instrução de processo específico para apurar a conduta da CEB Distribuição S.A. e até o encerramento de nossa revisão o tema não havia concluído. A Administração da Companhia entende que os valores não são exigíveis pelo fato de terem atingido os seus prazos de decadência. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Demonstrações dos Valores Adicionados

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR). Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015, utilizadas para fins de comparação, foram auditadas por nós e emitimos relatório em 18 de março de 2016 sem modificação e com as mesmas ênfases mencionadas acima. As informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2015, apresentadas para fins de comparabilidade, também foram revisadas por nós e emitimos relatório em 9 de novembro de 2015 sem modificação e com ênfases quanto aos mesmos assuntos mencionados acima.

Brasília-DF, 10 de novembro de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1 "S"

Alfredo Ferreira Marques Filho

Contador CRC 1 SP 154954/O-3 "S"

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA Nº 083, DE 10.11.2016

A Diretoria, com fundamento no inciso III, art. 27 do Estatuto Social da CEB, e em consonância com o disposto na Resolução nº 1.184/2009, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em 28.08.2009, e na Instrução nº 480/2009, art. 25, inciso VI, e art. 29, ambos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, RESOLVE autorizar a emissão e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao 3º trimestre de 2016.

ARI JOAQUIM DA SILVA

Diretor-Presidente

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

LENER SILVA JAYME

Diretor de Planejamento Estratégico

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Diretor Técnico